

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG  
CAMPUS CORA CORALINA - SEDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)**

**GLEIDIANE RODRIGUES ROCHA ARAÚJO**

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE GOIÁS: UMA LEITURA A  
PARTIR DO RESIDENCIAL TEMPO NOVO**

**Goiás/ GO**

**2022**

GLEIDIANE RODRIGUES ROCHA ARAÚJO

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE GOIÁS: UMA LEITURA A  
PARTIR DO RESIDENCIAL TEMPO NOVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação *Stricto Sensu* em Geografia/PPGEO, da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina, sob orientação do Prof. Dr. **Vinícius Polzin Druciak**

**Área de Concentração:** Estudos Ambientais e Territoriais do Cerrado

**Linha de Pesquisa:** Dinâmica Territorial do Cerrado

Goiás/ GO

2022

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA  
BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data<sup>1</sup>. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

**Dados do autor (a)**

Nome completo: **Gleidiane Rodrigues Rocha Araújo**

Email: **gleidianearaujo00@gmail.com**

**Dados do trabalho**

Título **SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE GOIÁS: UMA  
LEITURA A PARTIR DO RESIDENCIAL TEMPO NOVO**

Tipo:

Tese     Dissertação

Curso/Programa: PP GEO - UEG

Concorda com a liberação documento

SIM    NÃO

<sup>1</sup>Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás – GO de 11 de Outubro de 2022.



Gleidiane Rodrigues Rocha Araújo  
**Assinatura autor(a)**



Prof. Dr. Vinícius Polzin Druciak  
**Assinatura do orientador(a)**

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE**  
Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

A663s Araújo, Gleidiane Rodrigues Rocha.  
Segregação socioespacial na Cidade de Goiás :  
uma leitura a partir do Residencial Tempo Novo  
[manuscrito] / Gleidiane Rodrigues Rocha Araújo. –  
Goiás, GO, 2022.  
99f. ; il.

Orientador: Prof. Dr. Vinícius Polzin Druciak.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus  
Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2022.

1. Espaço urbano - Goiás, GO. 1.1. Segregação  
socioespacial. 1.2. Desigualdade social. I. Título.  
II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora  
Coralina.

CDU: 911.375(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE GOIÁS: UMA LEITURA A PARTIR DO RESIDENCIAL TEMPO NOVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*  
em Geografia/PPGEO, da Universidade Estadual de Goiás - Campus  
Cora Coralina.

Aprovada em **25 de agosto de 2022.**

#### BANCA EXAMINADORA



---

Prof. Dr. Vinícius Polzin Druciaki  
Orientador (PPGEO-UEG)



---

Prof. Dr. Jean Carlos Santos  
(PPGEO-UEG)

Documento assinado digitalmente



DENIS CASTILHO  
Data: 26/08/2022 14:14:12-0300  
Verifique em <https://verificador.itl.br>

---

Prof. Dr. Denis Castilho  
(UFG/IESA - PPGEO)



---

Prof. Dr. Alexsander Batista e Silva  
(UEG - Campus Cora Coralina)

## *Dedicatória*

Acho que um livro com dedicatória é um dos presentes mais duradouros que se pode dar para alguém. Trocamos tantas mensagens o tempo todo, mas elas se perdem. No caso da dedicatória, isso não acontece. Ela funciona como o registro de um momento, de uma intenção e um sentimento e é raro que alguém se desfaça de um livro com uma marca tão importante.

Como nunca escrevi um livro, mas consegui realizar a escrita dessa pesquisa, tenho agora a oportunidade de eternizar o sentimento que transborda em mim pela saudade do meu pai. Como um texto nunca está dissociado da mão que o escreve, nem tão pouco o sujeito se separa de seu texto, faço aqui a minha dedicatória a um homem especial e gentil. Nordestino do sul do Maranhão, ele teve uma infância pobre e buscou no centro-oeste a “terra prometida”, aprendeu a profissão de sondador, depois foi “professor” dessa atividade, entretanto, o que ele fez com maior competência foi me ensinar a olhar o mundo. Sonhou uma filha geóloga, mas ficou imensamente feliz com uma geógrafa, o que na verdade já se formava na infância quando aprendeu com o pai a olhar aquilo que passa despercebido, um olhar desassossegado do mundo, que separava o reles do comum ou que colecionava rochas.

Na sua simplicidade, ele precisou de esclarecimento sobre o que é um mestrado e a importância dele na minha vida, mas como “quanto mais a gente sabe, sabe que nada sabe”, expressão dele usualmente repetida, uma vez que entendeu minha explicação, tornou-se grande incentivador. Era sonhada essa hora de encerramento para a sua comemoração. Teria ele uma filha mestra.

Mas, em meio ao processo, eis que o destino de repente interrompeu os planos, sua presença física se foi, não haverá ela nessa consagração.

Papai, (*Aloizio Luiz da Rocha, in memoriam - 05.06.1949-24.02.2022*) é ao senhor que dedico cada letra aqui escrita na pesquisa, pois quem escreve manda um recado:

Obrigado, Painho!

## **Agradecimentos**

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina pela oportunidade de realização desse mestrado e por todo apoio concedido.

Ao Professor Vinícius pela orientação e pelo acompanhamento em todas as fases do trabalho, pelas leituras indicadas, pela parceria no trabalho de campo, mas especialmente pela amizade construída nesses anos.

A Amarildo, pelo companheirismo, paciência e especialmente pelo amor cuidadoso.

A todo o corpo docente do PPGeo-UEG. Ao senhor coordenador do programa em exercício, Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves, registro o meu respeito e a minha gratidão pela forma séria e criteriosa de desenvolver o ensino acadêmico em meio a uma pandemia.

Aos professores Jean Carlos Vieira Santos e Alexander Batista e Silva por aceitarem a fazer parte da banca examinadora, construindo comigo uma visão crítica da pesquisa feita.

A todos os integrantes da turma 2020, pela cordialidade e pela jornada conjunta.

Aos companheiros Rosana e Eliezer, pela colaboração na construção de mapas e fotografias.

Por fim, à minha mãe Heleni, minha maior incentivadora, inspiração de vida e exemplo de profissional da educação, pelo simples fato de ser minha rainha e me ter como sua princesa.

A cada um de vocês, os meus agradecimentos sinceros.

*[...] Mas a cidade não conta o seu passado. Ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. [...]*  
(p.7).

*[...] De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. Ou as perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder [...]*  
(p.44)

*[...] A cidade de quem passa sem entrar é uma; é outra pra quem é aprisionado e não sai mais dali; uma é a cidade à qual se chega pela primeira vez, outra é a que se abandona para nunca mais retornar; cada uma merece um nome diferente; [...]*  
(p.53).

*[...] jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles.*  
(p.59)

*[...] imaginei um modelo de cidade do qual extraio todas as outras [...] É uma cidade feita só de exceções, impedimentos, contradições, incongruências, contrassensos. Se uma cidade assim é o que há de mais improvável diminuindo o número de elementos anormais aumenta a probabilidade de que a cidade realmente exista. Portanto, basta subtrair as exceções ao meu modelo e em qualquer direção que eu vá sempre me encontrarei diante de uma cidade que, apesar de sempre por causa das exceções, existe. Mas não posso conduzir a minha operação além de certo limite: obteria cidades inverossímeis demais para serem verdadeiras.*  
(p.67).

*Trechos do livro: Cidades Invisíveis - Ítalo Calvino*

## RESUMO

Em um contexto em que a maioria da população mundial vive em cidades, a temática urbana tem grande relevância dentro da Geografia, e na circunstância atual, o espaço urbano tem sido objeto de estudo dos mais variados campos do saber. Essas considerações nos remetem a refletir que a segregação urbana é intrínseca a constituição do espaço das cidades, a segregação socioespacial visa, portanto, a reprodução das forças de trabalho, sendo esses processos interligados com a estrutura social, tornando a cidade uma expressão materializada da atuação da sociedade no espaço geográfico, por meio de um ambiente e uma paisagem construídos e reconstruídos constantemente. As pesquisas sobre segregação socioespacial em pequenas cidades vêm avançando mediante a importância que elas ocupam no conjunto da totalidade de cidades brasileiras. Nesta pesquisa é feito um convite a problematizar questões de escalas pouco visitadas, haja vista que as cidades metropolitanas acabam por tomar considerável espaço nas análises do urbano e pouco se estuda acerca de estruturas de cidades pequenas. Para isso torna-se essencial a premissa de que parte da solução dos problemas de grandes cidades está na resolução de problemas das pequenas. É imperativo pensar num modelo de gestão e aplicação desse modelo de uma nova política urbana, que vise à promoção social do indivíduo, à garantia de suas necessidades básicas e de seu acesso a serviços que dignifiquem sua vida, para que assim ele possa permanecer em sua cidade e não se desconectar dela, forçado pela insegurança econômica em direção às grandes cidades. Essa pesquisa foi desenvolvida na lógica de comprovação da existência de um fenômeno em curso, a segregação socioespacial na cidade de Goiás, entendendo que, a resolução de problemas urbanos está na reflexão e no conhecimento desses problemas. Para essa discussão o recorte espacial é o Residencial Tempo Novo na cidade de Goiás, que serviu de enfoque para análise da lógica segregacionista que permeia a fundação desse conjunto habitacional em, 2003 até o momento, embasado na localização fragmentada do referido setor em relação ao núcleo urbano remanescente. Esta pesquisa busca uma reflexão geográfica para compreensão de um fenômeno da realidade urbana. Para a análise do processo de segregação socioespacial na cidade de Goiás, usamos como pontos norteadores a presença e/ou ausência de meios de consumo coletivo e privado, órgãos e instituições que fornecem educação, segurança e assistência à saúde. O objeto desse trabalho recaiu sobre a compreensão da dinâmica de segregação socioespacial sobre as considerações sobre sua conceituação na Geografia e ciências afins. Aventada a hipótese da existência de segregação socioespacial intraurbana, o estudo identificou os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano, mostrando que as desigualdades socioespaciais derivam não apenas das diferenças socioeconômicas, mas também do lugar nos quais as pessoas habitam. A formação de espaços segregados é um sintoma da desigualdade social e chama atenção o fato de que apesar da aparente proposta de solução do déficit habitacional, está um conjunto de ações agressivas das forças de poder que produzem o espaço urbano, criando uma dinâmica socioespacial segregacionista.

**Palavras-chave:** Segregação Socioespacial. Produção do Espaço Urbano. Cidades pequenas. Residencial Tempo Novo – Goiás/GO.

## ABSTRACT

In a context in which most of the world population lives in cities, the urban theme has great relevance within Geography, and in the current circumstances, urban space has been the object of study in the most varied fields of knowledge. These considerations lead us to reflect that urban segregation is intrinsic to the constitution of the space of cities, socio-spatial segregation aims and at the reproduction of labor forces. All these processes are interconnected with the social structure, making the city a materialized expression of action of society in geographic space, through an environment and landscape that are constantly built and reconstructed. Research on Socio-Spatial Segregation in small cities has been advancing due to the importance that they occupy in the set of all Brazilian cities. In this research, an invitation is done to problematize issues of little visited scales, given that metropolitan cities end up taking considerable space in urban analyzes and little is studied about the structures of small towns. For this, the premise that part of the solution to the problems of big cities is in solving problems in small ones becomes essential. It is imperative to think of a management and application model of a new urban policy, which aims at the social promotion of individuals, guaranteeing their basic needs and access to services that dignify their lives, so that they can remain in their city and not disconnect from it, forced by economic insecurity towards the big cities. Based on the logic of proving the existence of an ongoing phenomenon, the socio-spatial segregation in the City of Goiás, this research was developed, the resolution of urban problems is in the reflection and knowledge of them. For this discussion, the sector of the city of Goiás, Residencial Tempo Novo, served as a focus for the analysis of the segregationist logic that permeates the foundation of this housing complex in 2003 to date, based on the fragmented location of the housing complex in reference to the remaining urban nucleus. This research seeks a geographical reflection to understand a phenomenon of urban reality. For the analysis of the process of socio-spatial segregation in the city of Goiás, we used as guiding points the presence and/or absence of collective and private consumption means, bodies and institutions that provide health care, education, and security. The object of this work is the understanding of the socio-spatial segregation dynamics and considerations about its conceptualization in Geography and related sciences. Considering the hypothesis of the existence of intra-urban socio-spatial segregation, the study identified the agents responsible to produce urban space, showing that socio-spatial inequalities derive not only from socioeconomic differences, but also from the place where people live. The formation of segregated spaces is a symptom of social inequality and, despite the apparent proposal for a solution to the housing deficit, there is a set of aggressive actions by the forces of power that produce the urban space, creating a segregationist socio-spatial dynamic.

**Keywords:** Sociospatial Segregation. Production of Urban Space. Small towns. Residential Tempo Novo – Goiás/GO.

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Agentes Produtores do Espaço Urbano .....	22
Figura 2: A produção da cidade desigual .....	25
Figura 3: A produção da Segregação.....	41
Figura 4: As Relações de Produção do espaço .....	44
Figura 5: Cidade de Goyaz, data desconhecida, autor desconhecido, o original compõe acervo da fotógrafa Cidinha Coutinho.....	48
Figura 6. Avenida Sebastião Fleury, Cidade de Goiás .....	48
Figura 7. Na margem esquerda da fotografia Avenida São Pedro, na margem direita da fotografia Avenida Sebastião Fleury - Cidade de Goiás.....	49
Figura 8. Becos e ladeiras estreitas no Centro Histórico da Cidade de Goiás .....	50
Figura 9. Mapa de Localização do município de Goiás no Estado de Goiás e no Brasil.....	52
Figura 10. Localização do Município de Goiás segundo alguns recortes regionais .....	53
Figura 11. Gráfico da População Urbana de 1980 até 2019 (Número de habitantes/ano) .....	58
Figura 12. Gráfico do Perímetro urbano em uso consolidado (Perímetro em km <sup>2</sup> /ano) .....	58
Figura 13. Mapa da Expansão do perímetro urbano da Cidade de Goiás .....	59
Figura 14. Imagem de satélite do perímetro urbano de Goiás/GO e as mais recentes frentes de expansão da área .....	60
Figura 15. Imagem de satélite da Cidade de Goiás e seus espaços de expansão dispersos e fragmentados .....	61
Figura 16. Imagem de satélite que mostra o trajeto entre o Residencial Tempo Novo e o Centro Histórico da Cidade de Goiás.....	62
Figura 17. Visão aérea Residencial Tempo Novo (1ª etapa) e Rodovia GO-070 com destaque para o núcleo urbano ao fundo e a margem direita da rodovia e futura 4ª etapa do conjunto habitacional. ....	67
Figura 18. Vista parcial da Rodovia GO-070 e do Setor Residencial Tempo Novo (1ª e 2ª etapas) .....	68
Figura 19. Vista parcial do Setor Residencial Tempo Novo (3ª etapa) .....	69
Figura 20. Visão aérea da Rua Santo Expedito/Residencial Tempo Novo (1ª etapa) - ao fundo a 3ª Etapa. ....	69
Figura 21. Mapa dos Equipamentos públicos de saúde .....	72
Figura 22: Mapa da distribuição dos equipamentos de educação.....	74
Figura 23. Visão lateral e frontal da Policlínica da Região do Rio Vermelho no setor .....	77
Figura 24. Ponto de ônibus construído pelos alunos do curso de Arquitetura da UFG. ....	78
Figura 25. 3ª etapa do Residencial tempo Novo com várias casas ainda sem muros. ....	79

Quadro 1. Órgãos e equipamentos públicos de centralidade regional em Goiás: Ensino básico e superior .....	54
Quadro 2: Órgãos e equipamentos públicos de centralidade regional em Goiás .....	54
Quadro 3. Órgãos e equipamentos públicos de centralidade regional em Goiás: segurança pública .....	55
Quadro 4: Órgãos e equipamentos públicos de centralidade regional em Goiás .....	56
Quadro 5: Compilação dos equipamentos públicos de serviços na cidade de Goiás .....	70
Quadro 6. Compilação dos equipamentos públicos de serviços na cidade de Goiás .....	72

## SUMÁRIO

<i>Dedicatória</i> .....	6
<b>RESUMO</b> .....	9
<b>ABSTRACT</b> .....	10
<b>ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	11
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I</b> .....	20
<b>1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: REVISITANDO E DELIMITANDO CONCEITOS</b> .....	21
1.1 O Espaço Urbano é uma Produção .....	21
1.2 O Espaço Urbano e as Cidades Pequenas.....	26
1.3 Segregação socioespacial: delimitando conceitos .....	29
1.3.1 Contribuições na Sociologia.....	32
1.3.2 Contribuições no campo do Urbanismo .....	35
1.3.3 Contribuições na Geografia.....	36
<b>CAPÍTULO II</b> .....	45
<b>2 O ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE GOIÁS</b> .....	46
2.1 Histórico e surgimento da cidade de Goiás .....	46
2.2 Caracterização atual do Espaço Urbano e da Cidade de Goiás .....	51
2.3 Goiás: uma cidade distante, dispersa e “desconectada” .....	60
<b>CAPÍTULO III:</b> .....	64
<b>SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE GOIÁS: O CASO DO RESIDENCIAL TEMPO NOVO</b> .....	64

<b>3</b>	<b>SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE GOIÁS: O CASO DO RESIDENCIAL TEMPO NOVO.....</b>	<b>65</b>
3.1	Contexto e surgimento do Residencial Tempo Novo.....	65
3.2	O Residencial Tempo Novo no contexto atual.....	66
3.3	Um novo tempo para o Tempo Novo? A “Vila Boa” é boa para quem? .....	79
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>91</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>96</b>

## INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a maioria da população mundial vive em cidades, a temática urbana tem grande relevância no âmbito da ciência geográfica. Do mesmo modo, o espaço urbano é objeto de estudo dos mais variados campos do saber das ciências humanas e sociais. Um dos temas mais relevantes desse objeto, considerando a questão da habitação ou a da moradia, levamos a buscar entender a produção e a separação entre as classes sociais nas cidades, a qual se caracteriza sob duas dimensões intrínsecas: a social e espacial.

As dimensões sociais e espaciais também existem e se materializam na arquitetura e na sua organização, onde cada vez mais a cidade é lugar de atuação dos agentes sociais que a produzem de forma desigual e contraditória, ou seja, de modo que não se volta para todos. Fruto disso é o contínuo processo de segregação socioespacial presente nas cidades. Este processo por sua vez, é intrínseco a (re)produção do espaço urbano e das cidades. Segundo Castells (1983), a segregação social visa a reprodução das forças de trabalho, sendo esses processos interligados com a estrutura social, tornando a cidade uma expressão materializada da atuação da sociedade no espaço geográfico, através de ambiente e paisagem construídos.

Nesse sentido, o objetivo principal da pesquisa foi o de compreender como ocorre e se ocorre o processo de segregação socioespacial na cidade de Goiás, Estado de Goiás, tendo como estudo de caso um de seus bairros mais emblemáticos neste sentido: O Conjunto Habitacional Residencial Tempo Novo. Trata-se de um espaço voltado a moradia e habitação popular engendrado por distintas esferas de governança – municipal e estadual, as quais passaram por diferentes governos e políticas habitacionais, constituindo atualmente 3 fases de implantação com vistas a quarta.

Dessa forma, impuseram-se questionamentos fundamentais na problemática deste objeto de pesquisa: Afinal, existe segregação socioespacial na cidade de Goiás? Quais agentes promovem essa segregação socioespacial da população na cidade? Trata-se de um processo engendrado de forma espontânea ou compulsória? Como ocorre a segregação na cidade de Goiás? Qual a dinâmica geográfica a segregação socioespacial imprime na cidade de Goiás?

Na tentativa de responder a esses e a outros questionamentos, o percurso metodológico se deu em quatro etapas distintas: a) revisão bibliográfica; b) trabalho de campo, levantamento

e sistematização de material empírico sobre a área de estudo; c) representação cartográfica temática; d) análise de conteúdo, dados e informações levantadas.

Para a revisão bibliográfica, buscou-se autores que discutem o a (re) produção do espaço urbano e cidades. Logo, trouxemos a categoria de análise espaço urbano, e conseqüentemente, uma das facetas do processo de urbanização, que é o fenômeno da segregação socioespacial.

No plano macro da geografia urbana essa pesquisa foi influenciada por estudos que partem de uma articulação dialética entre as relações sociais de produção e reprodução do espaço para se chegar a uma análise crítica do urbano. O espaço urbano está sempre em transformação, se entendido como um processo dinâmico e contraditório revela diferentes formas e metodologias de pensá-lo, na busca por uma reflexão que considere os aspectos acima, essa pesquisa se identifica com os caminhos reflexivos propostos por David Harvey no que tange seus estudos sobre a reflexão da sociedade urbana, este, sob forte influência de Henry Lefebvre, ambos os autores, diretamente calcados na teoria marxista consideram o capitalismo a mola propulsora da sociedade.

Nesse sentido, a cidade de Goiás conserva conflitos e contrastantes quando se trata de ocupação dos espaços urbanos. Os caminhos para aproximar o atual estágio de distribuição da população “*vilaboense*”, gentílico dado aos nascidos na antiga capital do Estado, e as suas conseqüências para as relações socioespaciais passam pelo entendimento das territorialidades existentes aqui e produzidas cotidianamente pela sociedade local. Harvey (2000, p.55), corrobora essa ideia ao dizer que “a paisagem criada pelo capitalismo também é vista como lugar da contradição e da tensão, e não como expressão do equilíbrio harmonioso”, como se ele estivesse fazendo uma breve conceituação de “cidades atuais”.

Por conseguinte, a interpretação do fenômeno da Segregação Socioespacial na cidade de Goiás suscitou uma compreensão do espaço como produto social e demanda uma leitura crítica que envolva o contexto histórico urbano, dos processos que determinam as ações e as transformações da cidade, dos atores que dão o sentido social e político ao espaço, dos meios que determinam o poder sobre o território e do perímetro urbano do município de Goiás.

No trabalho de campo foi o momento em que à pesquisa ganhou vida, momento que percebemos a concretude do fenômeno estudado, a realidade dura de algumas pessoas, que não são apenas números ou dados, são vidas. Foram feitas diversas idas ao Residencial Tempo

Novo, sendo algumas conjuntamente ao Geomobilidade<sup>1</sup>, fizemos fotografias aéreas que auxiliaram na compreensão de um apartamento do setor em relação ao núcleo da cidade, além de explicitar a carência de equipamentos urbanos básicos aos moradores.

Já para a realização dos produtos cartográficos, foi utilizado o programa QGIS Hannover 3.16 e constou basicamente em espacializar e localizar a cidade de Goiás e o Residencial Tempo Novo, a fim de evidenciar com linguagem cartográfica observações constatadas com o trabalho de campo. Cartografar evidências empíricas da Segregação Socioespacial na cidade de Goiás é uma necessidade premente para se compreender o processo.

Por último, a análise dos dados obtidos por pesquisas (dados primários e secundários) subsidiou juntamente a teoria, compreender a maneira como o processo de segregação socioespacial se configura na cidade de Goiás, as particularidades da segregação na cidade de Goiás.

Sendo essa uma pesquisa de natureza básica com abordagem qualitativa, intencionou-se identificar um fenômeno em curso, o da segregação socioespacial na Cidade de Goiás. A proposta consistiu em apresentar uma perspectiva mais “crua”, na verdade mais genuína de Goiás/GO, e menos romantizada.

Partimos do princípio de que os pontos norteadores dessa análise constitui-se de fatores inerentes a dimensão do perímetro urbano em contrapartida com seu quantitativo populacional urbano, num movimento de dispersão da população. Na medida em que resultados preliminares apontaram declínio populacional na última década, o perímetro urbano de Goiás expandiu-se sobremaneira conforme apresentaremos no decorrer do trabalho.

Esses fatores constituem coeficiente do fenômeno da segregação socioespacial pois à medida que o espaço urbano se expande, criam-se dimensões espaciais não mais possíveis de serem percorridas em curtas caminhadas. Passam-se a exigir meios de transporte que possibilite a locomoção: num primeiro momento ocorre a dispersão da população em função da condição social e num segundo momento a dispersão pode formar concentrações específicas populacionais.

Na medida em que a malha urbana se alonga, maior é o distanciamento entre as pessoas de uma mesma cidade devido a formação e a segmentação de novos grupos de cidadãos.

---

<sup>1</sup> Grupo de Estudos em Geografia, Transportes e Mobilidade.

Entretanto, a obviedade está no fato de que quanto mais espalhada for uma cidade maior será t o ônus de estruturar e manter essa cidade, maiores serão os recursos a serem investidos em infraestrutura urbana, equipamentos públicos de promoção de segurança, mobilidade, saúde, educação, lazer etc., a fim de garantir qualidade de vida aos moradores. Para que isso ocorresse, maior haveria de ser o número de contribuintes do poder público municipal elevando a arrecadação de dividendos, a realidade está numa contramão desse raciocínio.

Nesse desenvolver das relações do espaço urbano não há inocência, há realidade. Para Villaça (1988), a lógica do espaço urbano é a do “capital localização”. Somente ocupa as melhores localizações na cidade quem pode pagar. Mais realista que essa conclusão talvez seja exaustiva. Com essa análise, chegamos a uma necessidade imperativa, a de compreender a elaboração de espaços habitacionais programados pelo poder público para a classe trabalhadora de baixa renda, uma política que visa programar a habitação de uma parcela da população destituída de propriedades privadas, no caso a moradia. A construção de conjuntos habitacionais foi uma marca de diversos momentos políticos no Brasil e no Estado de Goiás. Diversos também foram os gestores que usaram dessa premissa em suas carreiras, como marcaram a história das “Vilas União”, “Residenciais Tempo Novo”, nomeados em alusão a *slogan* de campanhas eleitoreiras e o “Minha Casa Minha Vida”, exemplos que ilustram a afirmação anterior.

A construção desses conjuntos habitacionais de baixo custo trouxeram para o espaço urbano uma concentração de mão de obra barata e não qualificada que se tornou frágil econômica e politicamente. Uma população que se encontra inserida num cotidiano de sobrevivência na cidade, pois destituído de outras condições não lhe resta nada além da subjugação em nome da moradia.

Do ponto de vista da narrativa, esse estudo chama a atenção para o que chamamos de o terror da habitação programada, um produto da ação capitalista no espaço urbano que segrega a classe trabalhadora, programa a sua moradia por meio de políticas habitacionais e ao programar o morar, programa também o cotidiano das pessoas, o seu consumo, o seu lazer, seu percurso de casa a escola e/ou ao trabalho, sua busca por sistema de saúde etc.

Esse estudo buscou uma análise sobre o espaço urbano de Goiás - GO, com ênfase no Residencial Tempo Novo, considerando a segregação socioespacial um fenômeno resultante de uma política agressiva de programar a moradia de populações fragilizadas economicamente,

compreender esse fenômeno confere sentido geográfico e socioespacial à forma de ocupação do território e justifica a estrutura que se segue.

Finalizando essa parte inicial, a presente dissertação está estruturada em três Capítulos, a saber: I - A produção do Espaço Urbano na Cidade e a Segregação Socioespacial: Revisitando e Delimitando Conceitos; II - O Espaço Urbano da cidade de Goiás; III - Segregação Socioespacial na cidade de Goiás: o caso do Residencial Tempo Novo, e, finalizando as considerações finais com as respectivas conclusões e possibilidades de futuras abordagens.

## **CAPÍTULO I**

# **PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: REVISITANDO E DELIMITANDO CONCEITOS**

# **1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: REVISITANDO E DELIMITANDO CONCEITOS**

O processo de fragmentação e de segregação do espaço urbano são intrínsecos ao sistema capitalista. Para Villaça (1998), a segregação é a dominação de classe vista de um ponto de vista territorial. As relações de dominação e exploração se realizam espacialmente conformando os processos de segregação. A cidade de Goiás, fundada a mais de dois séculos sob a égide da busca por riquezas minerais para atender interesses mercantis da metrópole portuguesa, guarda em sua paisagem marcas espaciais de diferenciação do homem pela distinção social.

A realidade urbana brasileira, bem como dos países subdesenvolvidos, é marcada historicamente por um processo de urbanização desordenado que, ao invés de mitigar, logrou promover cada vez mais a lógica da segregação socioespacial, as quais podemos sintetizar de duas formas. A primeira está relacionada à valorização excessiva dos imóveis que dispõem dos serviços básicos, como asfalto, saneamento básico e transporte, e uma localização estratégica que facilita o acesso ao trabalho, ao comércio e ao lazer. A segunda diz respeito à dificuldade que alguns grupos têm para conseguir serviços de melhor qualidade, como escolas, médicos, emprego, cultura e lazer. As duas formas de segregação são extremamente ligadas e concentradas nos grupos com menores rendas, conforme será desdobrado nos próximos subcapítulos.

## **1.1 O Espaço Urbano é uma Produção**

Um ponto de partida rumo a compreensão do espaço urbano passa pela seguinte indagação: Quem produz o espaço urbano? As respostas aparecem à medida que o espaço urbano se caracteriza por ser fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, campo de símbolos e de lutas (CORRÊA, 1995). Atuando nessa configuração, há os agentes produtores do espaço urbano que segundo Corrêa (1995) são: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos.

Figura 1. Agentes Produtores do Espaço Urbano



Fonte: Corrêa, 2004.

Elaboração: ARAÚJO, Gleidiane R. R., 2022.

Os espaços são produzidos por agentes sociais e, nesse processo de produção, alguns segmentos obtêm vantagens locacionais enquanto outros não, resultando daí a diferenciação social e espacial, que intensifica os conflitos sociais. Rodrigues (1994, p.14) ressalta que:

Para morar é necessário ter capacidade de pagar por esta mercadoria, não fracionável, que compreende a terra e a edificação, cujo preço do imóvel depende também da localização em relação aos equipamentos e à infraestrutura existente próximo a casa.

Dentro da sociedade capitalista, devido às lógicas de estruturação espacial a que estão submetidas às cidades e à produção social que engendra os espaços, as pessoas dos segmentos sociais de menor poder aquisitivo não têm o direito de decidir se moram em lugares melhores ou piores. Moram onde o preço da mercadoria terra/edificação é mais barato ou em áreas de ocupação irregulares ou impróprias, sujeitando-se, assim, a viverem em locais que agravam suas condições de vida. É justamente a partir dessa produção do espaço urbano, que surgem e se mantêm os processos como os da segregação socioespacial, pois, segundo Santos (1994) seria “a forma como a cidade, ela própria, se

organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade”.

A Segregação socioespacial de parcelas da sociedade e seus respectivos espaços resultam do aprofundamento das desigualdades sociais expressas no espaço urbano pela forma como ele se estrutura e como nele se distribuem os diferentes usos do solo. O resultado disso é “a implantação na paisagem geográfica do capitalismo de todo tipo de divisão de classe, de gênero, e de outras divisões” Harvey (2004).

Nesse contexto, o papel dos agentes imobiliários, principalmente o dos incorporadores, com sua lógica própria de acumulação do capital, geram uma série de transformações nos espaços das cidades, acarretando “valorização/desvalorização de áreas pelo mercado, com os consequentes processos de elitização e/ou segregação” (MELAZZO, 2005).

Já o Estado atua de forma heterogênea no espaço urbano, acentuando a valorização diferente das áreas. O maior ou o menor preço dos lotes está diretamente ligado às localizações de acordo com as vantagens ou as desvantagens locacionais, o que passam a exercer forte influência no preço do solo. Logo, cria-se “uma hierarquia intraurbana de áreas mais ou menos valorizadas” (MELAZZO, 1993).

Ao analisar a relação entre as ações dos promotores imobiliários e da gestão pública, Carlos (2008, p. 52), afirma que no nível econômico da produção do espaço

[...] a ação dos promotores imobiliários, das estratégias do sistema financeiro e aquelas da gestão política, às vezes de modo conflitante, em outros momentos, de forma convergente de modo a orientar e organizar o processo de reprodução espacial através da realização da divisão socioespacial do trabalho, promovendo especializações de áreas, hierarquizando lugares e fragmentando os espaços vendidos e comprados no mercado (como mediação necessária).

Faz-se importante lembrar que o papel do Estado é dual (embora não devesse). Por meio de suas políticas públicas, do planejamento urbano, e demais instrumentos de governança, deve (em tese), atuar na diminuição das desigualdades territoriais existentes. Ao mesmo tempo, tais políticas e instrumentos promovem ou reforçam a manutenção de espaços e estratos sociais segregados na medida em que permite a existência do abusivo valor de troca do solo e das edificações urbanas.

É salutar pensar que existem agentes urbanos que não são estritamente capitalistas, como as associações de bairros, movimentos de luta por moradia, coletivos sociais etc. Rodrigues (2008) afirma

que “as mobilizações e lutas de movimentos populares urbanos procuram alterar a desigualdade social, tornando-as possibilidade de mudanças com o direito a ter direitos, um deles o de usufruir, na cidade da riqueza produzida”.

Esses agentes trabalham contra as desigualdades socioespaciais, em alguns casos, alterando a relação de forças e obtendo o direito à cidade que, segundo Lefebvre (1969), significa direito ao trabalho, à educação, à saúde, à habitação e ao lazer. Ou seja, direitos imprescindíveis para a vida, mas que precisam ser conquistados pelos segmentos sociais de menor poder aquisitivo. Nesse aspecto, o Estado tem um papel crucial. É responsável por engendrar o planejamento urbano, ou seja, a maneira como o espaço urbano é organizado e usado da forma mais racional e sustentável possível.

Esse planejamento, na maioria das vezes não condiz com a realidade social na medida em que expressa a influência das classes dominantes. Essas, por sua vez, asseguram e lutam por mais privilégios para sua reprodução social. Daí a inviabilidade de um planejamento democrático e igualitário na prática. Ligadas ao planejamento urbano estão as leis de zoneamento. Elas dirigem o uso e a ocupação do solo, separando áreas para comércio, lazer, indústrias e habitações.

Neste último nível se dão as desigualdades que são mais marcantes. Ao mencionar a escala do bairro, os seus moradores são automaticamente relacionados a essa identificação. Então, dentro do processo de segregação, surgem problemas, principalmente referentes à questão da moradia: aluguel elevado, periferização, imóveis ilegais e déficit habitacional. Os bairros que possuem acesso fácil às atividades comerciais e sociais, como escolas, hospitais e supermercados, valorizam - se cada vez mais, impedindo que muitos adquiram um imóvel nesta região. A isso se soma a especulação imobiliária que mantém imensos vazios na cidade à espera de valorização, promovido pelos agentes fundiários. Esses vazios urbanos causam insegurança, porque uma cidade segura passa por uma cidade mais densa.

Somado a isso há pouco investimento público no setor imobiliário para habitações populares, muitas vezes, a classe média começa a ocupar as habitações e os espaços que eram destinadas a população de baixa renda, graças à burocracia de cadastramento e à dificuldade dessas famílias em pagar a prestação exigida para adquirir um imóvel, mesmo que popular.

A cidade, como produção social que é, deveria ser pensada, concebida e organizada a partir de parâmetros de inclusão. Uma cidade que é concebida, percebida e vivida como obra humana e não, apenas, como mercadoria, visando o acesso ao bem-estar social de todos e a participação de todos na condução da cidade. Trata-se da proposta de Lefebvre (2004), em que só assim se alcançará o direito à cidade.

A figura 2 reflete um esforço de síntese sobre a produção desigual da cidade. Se o espaço urbano é ao mesmo tempo fragmentado e articulado, convém destacar que ele se torna um espelho da sociedade. Sobre isso, Correa (2004, p.8) coloca que, “[...] ao se constatar que o espaço urbano é simultaneamente, fragmentado e articulado, e que esta divisão articulada é a expressão espacial de processos sociais, introduz-se um terceiro momento de apreensão do espaço urbano: é um reflexo da sociedade”.

Figura 2: A produção da cidade desigual



Fonte: Corrêa, 2004.

Elaboração: ARAÚJO, Gleidiane R. R., 2022.

No quadro exposto na figura 2, os elementos apresentados objetivam demonstrar que a produção da cidade no sistema capitalista expressa a realidade da luta de classes. As áreas segregadas produzidas são criadas em detrimento da formação de regiões privilegiadas pelos que têm acesso ao capital, ressaltando assim, a relação da produção da cidade desigual.

A lógica da mercadoria é a lógica da produção do espaço e, conseqüentemente, da estrutura urbana, desigual, concentrada e privativa, em que as relações são completamente conflitantes, uma vez que elas são planejadas a partir da correlação de força 4X1: os proprietários dos meios de produção; os

proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos, conforme aponta Correa (2004). Esta lógica produz a segregação socioespacial e a concentração de riquezas nas cidades nas mãos de uma minoria.

## **1.2 O Espaço Urbano e as Cidades Pequenas**

Nesse subcapítulo é feito um convite a problematizar o espaço urbano a luz da escala das cidades pequenas. Propor isso não implica em desconsiderar as metrópoles, as cidades médias ou outros estágios do processo de urbanização, mas sim, entender a dinâmica dos processos que se reproduzem também na cidade pequena, considerando-se obviamente, suas particularidades, proporções e tendências.

A compreensão das cidades pequenas demanda visão de totalidade, exigindo do pesquisador movimentos do pensamento para articular escalas geográficas. É fundamental relacionar estratos da rede urbana ao conjunto dela, ou dado momento do processo de urbanização ao seu fluxo pretérito, no qual se apoia o futuro, ou, ainda dada a parte do território ao conjunto ao qual ele se articula em termos de modo de produção e formação socioespacial. Logo, não pode se apartar da perspectiva da rede urbana, já que muitas das vezes, é o próprio contexto regional que mantém as mesmas com limitados papéis dado seu restrito nível de centralidade.

Outro aspecto é que essas cidades têm peso grande na compreensão das relações campo-cidade. Para pesquisar a produção do espaço urbano, sensato seria a construção de um olhar numa perspectiva que valorize relações.

Nesse sentido, podemos dizer que parte da solução dos problemas das grandes cidades está na resolução de problemas nas pequenas. A falta de acesso a oportunidades, frente a continua concentração de investimentos nas centralidades maiores, resulta na busca por oportunidades nessas cidades. Isso se acentua ainda mais quando observamos as metrópoles, que tem por excelência (ainda que não predomine completamente, como já foi no passado), drenar pessoas, mão de obra, renda, investimentos, ao passo que concentram problemas e desigualdades sociais.

No Brasil, pouco se fez no sentido de fortalecer cidades menores, investindo em infraestrutura para torná-las mais atrativas. Os investimentos acabaram concentrando-se em cidades grandes, que concentraram também os problemas, talvez até com maior nível de gravidade pela dinâmica de concentração industrial e demográfica que a gente teve nessas localidades. Como resultado tivemos e

temos metrópoles inchadas e interiores precários, com raras exceções, reforçando a necessidade da academia de olhar para essas cidades com mais afinco. Estudar as pequenas cidades possibilita o entendimento da problemática que envolve as cidades desse porte, sobretudo, as que estão inseridas em regiões economicamente frágeis.

Um dos primeiros esforços de reflexão sobre as pequenas cidades foi a comunicação de Milton Santos, apresentada em 1972, no Canadá<sup>2</sup>. O conceito é descrito como “[...] aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma, população, função essa que implica uma vida de relações (SANTOS, 1979, p.71)”. Definição que subsidiou diversos trabalhos feitos sobre a temática.

Em outra obra, ao estudar as características da urbanização nos países subdesenvolvidos, o referido autor chama a atenção para o nascimento das numerosas pequenas cidades e para a existência de diversos tipos dessas pequenas cidades, as quais na sua concepção representam

[...] a célula-máter que atende às necessidades de uma população; tais necessidades variam em função da densidade demográfica, das comunicações da economia da região bem como do comportamento socioeconômica de seus habitantes. Porém, cada uma dessas cidades constitui um caso específico quando se leva em conta sua função principal: cidade comercial, cidade de serviços... (SANTOS, 1981, p.15).

Em 2001, no 7º Simpósio nacional de Geografia Urbana, realizado em São Paulo, chama atenção de Silva, Gomes e Silva (2001), que escreveram sobre o papel das cidades pequenas na reprodução da rede urbana. Os autores recorreram à definição consagrada de Santos (1979) e levaram em consideração o quantitativo de 20.000 habitantes para definir cidade pequena. No trabalho, é feita reflexão sobre as cidades pequenas, dando ênfase aos principais problemas enfrentados pela população residente em tais cidades.

Para Silva, Gomes e Silva (2001), esse quadro revela uma realidade expressa numa divisão social do trabalho simples, mantendo uma dependência muito forte do setor agrário, uma vez que essas

---

<sup>2</sup> Milton Santos apresentou suas reflexões em 1972, durante a Reunião Anual da Sociedade Canadense de Estudos Latino-Americanos, publicada em forma de capítulo na coletânea “Espaço e Sociedade: ensaios (SANTOS 1979). O autor faz uma referência no terceiro capítulo da coletânea, um cal’.

idades, como sedes administrativas dos municípios, tem uma economia predominantemente agrícola, voltada para a subsistência, e uma pecuária extensiva de pouca expressão.

Os referidos autores consideram as cidades pequenas como lugares geográficos que se constituem no *lócus* da reprodução da vida humana, numa trilogia habitante/identidade/lugar que “[...] têm sua importância no conjunto da reprodução da sociedade como um todo” (SILVA; GOMES; SILVA, 2001, s.p).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, dos 5.570 municípios, 68,3% têm até 20 mil habitantes e abriga 15,5% da população do país (32,2 milhões de habitantes). Seriam aqueles que tendem a perder população para os com maior dinamismo econômico. Por isso temos poucas cidades com muitos habitantes e muitas cidades com poucos habitantes.

Desse modo, vale reforçar alguns questionamentos ao pensar cidade e metrópole, refletir sobre legislação urbana, estatuto da cidade e plano diretor, sendo este último obrigatório para cidades com mais de 20.000 mil habitantes.

Que políticas seriam destinadas a estas pequenas aglomerações, ou cidade local como assim chamava Milton Santos, que também apresentam problemas de degradação ambiental, favelamento, retenção especulativa dos terrenos que somam tantos municípios? Como os geógrafos, preocupados com a dinâmica das cidades vão refletir sobre o isolamento e a precariedade social das pequenas cidades? Que instrumentos teríamos para compreender as novas fronteiras entre o urbano e o rural no Brasil?

Um esforço de síntese permite ressaltar a importância de uma leitura geopolítica das escalas urbanas que se contraponha à sua naturalização. Tal postura investigativa permite identificar a participação ativa de atores econômicos na produção do espaço urbano. Entre as principais reflexões ressalta-se o avanço da tendência do uso corporativo do território urbano e do desenvolvimento geográfico desigual, que fragmenta regiões e coloca novos desafios para um projeto de desenvolvimento sustentável, capaz de combater o atual dinamismo concentrador, que resulta na metropolização, no aprofundamento das desigualdades sociais e na multiplicação de problemas nas cidades pequenas.

Quando se trata de cidades pequenas, onde em muitos casos o urbano encontra-se na sua forma menos complexa, existe grande possibilidade de promover o seu adequado crescimento, tendo em vista experiências bem sucedidas que possivelmente existem.

Nesse sentido, consideramos as cidades pequenas como foco potencial para elevar o desenvolvimento regional e, por outro lado, uma alternativa de desafogar os já tão saturados ambientes urbanos metropolitanos. Imperativo pensar num modelo de gestão e aplicação desse modelo de uma nova política urbana, que vise à promoção social dos indivíduos, à garantia de suas necessidades básicas e acesso a serviços que dignifiquem sua vida, para que assim ele possa permanecer em sua cidade (seu *lugar*) e não se desconectar totalmente dele, forçado pela insegurança econômica em direção às grandes cidades.

### **1.3 Segregação socioespacial: delimitando conceitos**

Quando há alguns anos<sup>3</sup> começamos a estudar a segregação social no espaço urbano, verificamos que a (re)produção do espaço urbano e da vida social de grupos e indivíduos possuem características próprias. Essas especialidades diferenciadas eram produzidas em função, principalmente, das diferenças nos níveis de renda. Foi verificado também, que essas espacialidades heterogêneas aparentes (re)produzidas no espaço urbano, configuravam - se por assimetrias sociais resultantes de normas de condutas e de comportamento social próprias. Essas espacialidades sociais territorializadas se concretizavam por serem aparente (re)elaboradas e aparente (re)produzidas pelos diferentes grupos sociais que formavam a população urbana da cidade de Goiás.

As características sociais engendradas no espaço urbano pelos seus moradores demarcavam o estar e o ser no cotidiano da cidade. Como resultado, foi observado que ocorria a formação de uma segregação social e espacial, que resultava em um estranhamento dos seus habitantes com a totalidade do espaço e da vida nele aparente (re)produzida.

No que tange os estudos urbanos, sua problemática tem sempre características de análises que se preocupam em compreender a crescente “marginalização/exclusão”, termo este calcado nos estudos de Perlman (1981), de grupos sociais em diferentes cidades pelo mundo, especialmente na América Latina, também propunha uma existência de uma grande parcela das populações urbanizadas vivendo

---

<sup>3</sup> ARAÚJO, G.R.R. Segregação Sócio-Espacial na Cidade de Goiás: Um estudo de caso da “Vila Goiacy”. Monografia apresentada ao Curso de Geografia do Campus Cora Coralina UEG - Goiás/GO como requisito para obtenção de Licenciatura Plena em Geografia em dezembro de 2002.

em condições de miséria absoluta e que não se integrava economicamente na vida produtiva das cidades.

Por isso, alguns estudiosos incluíram essas populações em um contexto social localizado fora do sistema capitalista de (re)produção do capital. Porém, verificou-se que os estudos mais direcionados tinham contribuído para desmistificar esses conceitos e teorias. Harvey, Castells, Villaça, Corrêa, Souza, Spósito, Maricato, Carlos, entre outros, são apenas alguns dos pesquisadores que em seus estudos evidenciaram que não só os miseráveis integram o processo capitalista, como são produto de suas crises. Esta análise mais detalhada da literatura urbana permitiu constatar que no cotidiano a segregação social e espacial é imposta pela divisão social do trabalho e da renda obtidas por diferentes classes sociais por meio do seu trabalho.

Diante disso, Villaça (1998) coloca que são as camadas de alta renda que, ao consumir e valorizar de forma diferenciada o espaço urbano, produz a segregação socioespacial, ressalta-se que é a existência da segregação socioespacial que permite à classe dominante continuar a dominar o espaço produzido, segundo seus interesses. Somente a separação das classes sociais no espaço pode agir como um instrumento de poder para a classe alta.

Também foi verificado que o estudo sobre o processo de urbanização recente no Brasil, principalmente nas médias e grandes cidades, demonstrou que estavam ocorrendo a (re)elaboração do espaço social. Esse era de cunho restritivo e tinha sido criado visando abrigar parcelas privilegiadas da população, ou seja, uma autosegregação imposta pela fuga dos contrastes socioeconômicos que caracterizam as cidades brasileiras.

O estudo das questões relativas às formas de ocupação espacial, da vida pública e privada de indivíduos e grupos sociais, tem sido objeto de inúmeros estudos dentro das mais diversas tendências ideológicas e filosóficas em diferentes áreas das ciências sociais. Para tanto, pode-se perceber que tais estudos buscaram caracterizar as causas dos desníveis sociais que se apresentam na paisagem urbana e seus extremos riqueza/miséria, por exemplo. Tais estudos têm sido elaborados tanto no Brasil como no resto do mundo. Também estes, visaram identificar as possíveis variáveis desta (não) socialização, que se concretizam no espaço geográfico urbano.

Entre os fenômenos resultantes desta não equidade na distribuição de renda, tem sido buscado demonstrar a existência, entre o homem urbano, de uma separação social e espacial, determinada por níveis de renda e os seus agrupamentos relativos à espacialidade residencial, por exemplo.

Pode-se perceber então que na medida em que se ampliam os espaços urbanizados, na forma de concentrações demográficas urbanas e na ampliação dos espaços ocupados pelas formas arquitetônicas elaboradas pelo homem, ocorre um aumento considerável no grau de complexidade das relações ali existentes. Como resultante desse processo, a segregação em suas diferentes dimensões tem sido analisada como um fenômeno típico do estágio atual do processo de urbanização. Este processo de diferenciação em curso, envolvendo diferentes indivíduos e grupos sociais e espaciais correlatos, tem sido caracterizado como sendo a segregação social-espacial no contexto urbano. Este fenômeno tem - se avolumado significativamente em decorrência de constantes alterações nos valores sociais impostos pelo estilo de vida urbano desde as grandes metrópoles mundiais, passando pelas cidades médias e pequenas.

Nesse sentido, buscou-se empiricamente entender o fenômeno caracterizado como segregação urbana como sendo um processo de separação, discriminação, apartamento, diferenciação, zoneamento e exclusão socioespacial de indivíduos e grupos sociais no cotidiano da vida urbana.

Investigando na literatura não geográfica, encontramos em Baitello Júnior (1994, p.19), uma distinção filosófica que de forma genérica aponta o significado das palavras agregar e segregar. Segundo ele, elas representam conceitos diametralmente opostos, pois “uma quer dizer acolher e a outra quer dizer separar, discriminar, marginalizar”. Essa distinção pode ser aplicada nesse estudo para explicar e caracterizar as formas de como os agrupamentos sociais têm usado os termos internamente e externamente para se diferenciarem, geográfica e socialmente, tanto no que se diz respeito a lugar no espaço, quanto o seu representar do espaço. Isto equivaleria a dizer que os iguais, segundo nível socioeconômico, tenderiam a se agregar e a se relacionar. Os diferentes seriam expulsos, criando dessa maneira, espaços sociais e geográficos cujo significado estaria explícito objetiva e subjetivamente no meio urbano.

Diferentes áreas do conhecimento das Ciências Sociais, além da Geografia possuem análises voltadas à segregação social e espacial e foram importantes para a reflexão do assunto, como Sociologia, Arquitetura e Urbanismo, Economia e Antropologia. O foco principal dessa sessão é alargar a abordagem teórica, com ênfase no conceito “segregação”. Para Souza (2018), conceitos são unidades explicativas fundamentais, na obra em questão ele faz uma analogia da importância de um conceito para a pesquisa com a construção de um edifício, isso explica a opção por dar nessa seção, visão teórica à outras ciências além da Geografia, podendo assim construir um olhar histórico e

profundo sobre a edificação do conceito de segregação e após a “construção desse edifício” possuir uma visão de maior alcance.

### 1.3.1 Contribuições na Sociologia

Um dos campos mais férteis nesse processo de construção teórica conceitual da segregação, pode-se inferir que os sociólogos da escola de Chicago, nos Estados Unidos, destacam – se em estudos que abordavam problemáticas urbanas. Eles basearam suas análises urbanas nos fundamentos teóricos, epistemológicos do Darwinismo social, no pragmatismo de John Dewey e no neokantismo de Wildeband<sup>4</sup>. Um dos maiores expoentes desta escola foi Robert Ezra Park, formulador da teoria da Ecologia Humana, marcadamente caracterizada em sua trajetória por analisar as formas de comportamento social e as espacialidades elaboradas pelas populações.

Do ponto de vista de Park em suas duas obras mais clássicas<sup>5</sup>, ele estudava as populações que viviam em grandes cidades americanas, a maioria imigrantes de origens raciais, éticas e culturais, vindas principalmente da Europa e, completando essa miscelânea, ainda tinha as populações internas que migravam do campo para a cidade. Todo esse movimento populacional, provocado por mudanças sociais econômicas e políticas, florescia nas cidades industriais americanas no final do século XIX e primeira década do século XX e deu origem a bairros e “guetos” típicos de trabalhadores, integrantes de classe média e de grupos étnicos e religiosos. Para ele os diferentes espaços internos de uma cidade eram vistos como um organismo vivo que possuía uma história de vida na qual o passado e o presente poderiam ser observados e onde os mais aptos se adaptavam melhor ao estilo de vida urbano e, por isso mesmo, ocupavam os melhores espaços urbanos. Só com o passar do tempo ele começou a analisar as

---

<sup>4</sup> John Dewey (1859-1952), filósofo norte-americano, mais conhecido pelo pragmatismo, influenciou a educação mundo afora e no Brasil em especial, ao colocar a atividade prática e a democracia como importantes ingredientes da educação/ *Wilhelm Windelband filósofo alemão que propôs que a filosofia deixasse de disputar com as ciências a hegemonia pela produção do conhecimento e se dedique a um trabalho de crítica dos métodos científicos.* **Heinrich Rickert** filósofo prussiano *que propunha a diferenciação das ciências físicas das históricas*; Enfatizando que a história depende de julgamentos de valores humanos de experiências passadas que não podem ser verificados por percepção direta, ele procurou objetivar a história através do uso de um sistema universalmente válido de valores históricos.

<sup>5</sup> PARK, Robert Ezra. *The city: Suggestions for the investigation of human behavior in the city environment*. American journal of sociology, v. 20, n. 5, p. 577-612, 1915.

PARK, Robert Ezra. *Human communities: the city and human ecology*. [s.l.]: Free Press, 1952.

implicações desses estilos de vida, vigente na época, na divisão social dos espaços urbanos e suas consequências para a formação da identidade da sociedade americana.

No plano das interpretações, podemos fazer similitude das ideias do parágrafo anterior com o contexto da cidade de Goiás no século XIX, logicamente não por ser uma cidade industrial, essa não é característica dessa cidade, muitas são as diferenças. Entretanto a familiaridade com a forma de ocupação do espaço urbano de Goiás/GO se aplica, pode-se fazer aproximação quando refletimos sobre a miscelânea efervescente da fase mineradora e seus resquícios presente nos descendentes de negros, indígenas e brancos, que integravam a população da cidade nesse período. No âmbito do período de exploração aurífera, a mão de obra escrava foi o pilar de construção de toda a estrutura de trabalho do município, seja nos barrancos de ouro de aluvião<sup>6</sup>, seja na construção do espaço urbano da época.

Naturalmente que mesmo com a decadência do período minerador a efervescência diminuiu, mas, a população remanescente da antiga Vila Boa conviveu com aquilo que os americanos presenciaram na prática, sob diferentes termos: a ocupação do espaço urbano baseado na condição social, econômica e étnica. Partindo desse ponto de vista, a correlação com as ideias de Park não é meramente especulativa, mas uma constatação do que esse sociólogo estudava. Também na Goiás do século XIX, a cidade poderia ser interpretada como um organismo vivo que possuía história de vida onde passado e presente poderiam ser observados, nesse esforço de interpretação, que não desconsidera o fato de que a população de Goiás/GO lidou com a decadência aurífera<sup>7</sup> e precisou se adaptar à transição imposta para um novo arranjo urbano, onde os mais “fortes” teriam em tese, mais chance de sobrevivência digna.

Nesses estudos sociológicos, pôde-se encontrar textos nos quais foram analisados o cotidiano da vida urbana em metrópoles, a maioria deles compartilhando óticas étnico-raciais como elemento decisivo nos processos de segregação, mas a ampliação das pesquisas sociológicas também demonstram a inclinação desses estudos para o viés econômico-social da segregação, o estudo dos

---

<sup>6</sup> De acordo com Bertran (1978, p. 77-78), o ouro de aluvião presente no barranco dos rios “correspondendo a regiões geológicas onde evidencia-se a presença de derrames aluvionares, (...)” coincidindo com boa parte da Bacia Hidrográfica do Rio Vermelho.

<sup>7</sup> A respeito do período profícuo da mineração e sua decadência, tendo como pano de fundo a formação do espaço urbano de Goiás/GO, retornaremos a discussão no capítulo dois.

conceitos elaborados ali possibilitou uma compreensão mais profunda do fenômeno urbano denominado segregação, contribuindo significativamente para a Geografia.

Para a Sociologia da Escola de Chicago, a segregação era vista na perspectiva da ecologia humana, o pensamento é de que no mundo natural os mais fortes e aptos sobrevivem às adversidades naturais e vivem nos lugares que lhes garante possibilidade de reprodução e dominação do espaço. De uma maneira sintética e atual, podemos afirmar que na vida urbana contemporânea essa dominação estaria pautada na ordem econômica.

No entanto, outra Escola que muito colabora teoricamente para a compreensão do fenômeno urbano é a Neoclássica de caráter marxista. Com renomes europeus, essa Escola pensa e analisa o fenômeno da urbanização e de suas características espaciais e sociais a partir da lógica da (re)produção do capital e do espaço, particularmente dos conflitos de classe que representam o sistema capitalista. Contrapondo assim a visão naturalizada e atemporal inerente a escola de Chicago.

Entre os sociólogos neoclássicos-marxistas destaca-se Castells (1983), propondo uma análise sobre a configuração espacial, indicando algumas dimensões para concretizar a existência da segregação a partir da estrutura social, econômica e política. Para ele a segregação é analisada da seguinte maneira

A segregação urbana não aparece como distribuição das residências dos grupos sociais no espaço urbano, segundo uma escala mais ou menos exposta, mas como uma expressão, a nível de produção da força de trabalho, das relações complexas e mutáveis que determinam suas modalidades, sendo espaço definido e indefinido segundo conjunturas da dinâmica social. (CASTELLS, 1983, p.210).

A dinâmica populacional intraurbana representa um fator importante na elaboração de espaços segregados, pois na medida em que indivíduos ou grupos sociais alteram ou têm suas condições socioeconômicas modificadas, ocorre a busca de identidades que acabam formando quadras e bairros cujas características físicas da paisagem destoam no conjunto da “malha” urbana.

Castells (1983) explana a definição de segregação urbana como sendo

a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre eles, sendo esta disparidade entendida não apenas como de diferenciação, mas de hierarquia. (CASTELLS, 1983, p.210).

Essa frase de Castells indica que o espaço diferenciado urbano é visto como fator de reprodução social e de produção das condições necessárias para um certo estilo de vida, geralmente calcado por uma diferenciação de classe e por uma hierarquia social que atesta o papel dos indivíduos na sociedade.

Em conclusão, pode-se perceber que na área da sociologia existe variedade de estudos sobre diferentes formas de segregação social, que em muito contribuiu para o conhecimento do fenômeno.

### 1.3.2 Contribuições no campo do Urbanismo

Percebe-se grande contribuição nos estudos sobre o fenômeno da segregação do espaço urbano, arquitetos, urbanistas e geógrafos compartilham de uma preocupação, reduzir impactos da atividade humana no meio ambiente e refletir sobre a necessidade do planejamento das cidades como vetor de melhoria de vida da população.

No Brasil um dos nomes mais proeminentes é o da ativista pela Reforma Urbana e defensora do combate ao analfabetismo urbanístico, Hermínia Maricato, em seu livro “Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana”, ela afirma que “É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características” (MARICATO, 2001, p. 51).

Já Maricatto (1986), aponta que a desigualdade urbanística é evidenciada pela segregação territorial, referindo-se a apropriação diferenciada da cidade. Raquel Rolnik (1995), por exemplo, definiu a segregação espacial como a separação das classes sociais e das funções no espaço urbano. Uma forma interessante de definir conceitualmente esse processo urbano, ainda que evidencie mais a organização espacial do território e deixe em segundo plano a experiência subjetiva dos habitantes.

Nesse sentido, Rolnik (1990) asseverou que são pertinentes a existência da segregação socioespacial com duas bases, a econômica e a uma outra política que a sustenta. A primeira se refere à mercantilização ou à monetização dos bens necessários para a produção da vida cotidiana e a posse urbana. A segunda se refere à segregação como produto e produtora de conflito social onde então ocorre a separação, porque a mistura é conflituosa e fica cada vez mais acirrada no confronto de classes sociais na luta pelo uso e posse do chão urbano.

Nesse contexto, podemos inferir que a participação política e a cobrança de melhores serviços às autoridades constituídas contribuem para diminuir a segregação socioespacial, na medida em que o

poder público se dispuser a atender reivindicações de grupos menos favorecidos, entretanto a falta de organização política de grandes grupos sociais pode também relegar suas aspirações ao esquecimento. Obviamente estamos tratando aqui da relação direta entre poder econômico e poder político, pois grupos sociais abastados podem até mesmo financiar campanhas eleitorais. É possível especular então que o poder público possa se comprometer apenas com grupos sociais abastados (suas necessidades do ponto de vista do aparelhamento urbano são menores que a grande maioria da população urbana). Tomando esse raciocínio por base, podemos concluir que a condição econômica e política do cidadão é um fator de segregação, pois a rejeição social aos mais pobres pelos mandatários é real nos gabinetes.

Desse modo, é compreensível que por sua atuação como Relatora Especial para o Direito a Moradia da Organização das Nações Unidas - ONU, que Rolnik de forma muito didática usou duas afirmações que conseguem demonstrar seu conceito de segregação: “É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais” (ROLNIK, 1995, p. 40). “É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores” (ROLNIK, 1995, p. 41).

Encerrando esse breve diálogo com a Arquitetura e o Urbanismo, partimos para análise investigativa da geografia no que concerne a segregação.

### 1.3.3 Contribuições na Geografia

A conceituação de segregação socioespacial não está isenta de controvérsias, pois são passíveis de interpretações concorrentes. Entretanto, na tentativa de iluminar o conceito central dessa pesquisa, foi preciso um diálogo com geógrafos que são referências na Geografia Urbana.

Para iniciar esse diálogo, faz-se necessário ter a ideia basilar de que é preciso usar os conceitos como “ferramentas”, como afirma Souza (2018), sendo que no processo várias “ferramentas” serão necessárias para conclusão do trabalho idealizado

Por certo que dominar os princípios de cada “ferramenta” conceitual e saber combinar inteligentemente as várias “ferramentas” não será, ainda, garantia de sucesso na pesquisa. Mas sem isso, o fracasso estará pré-programado. (Souza, 2018, p.11).

Numa tentativa de usar com inteligência investigativa a ferramenta/conceito disponível na Geografia Urbana a respeito da segregação, a abordagem nessa seção não tem o objetivo exclusivo de mostrar como se dá os processos de segregação e exclusão no Brasil, mas como diversos geógrafos (as) se ocuparam e se ocupam de explicar esses processos à luz da corrente marxista do pensamento sociológico contemporâneo. Contudo, cabe aqui destacar que ao se considerar o marxismo como base analítica de interpretação da realidade há de se considerar as peculiaridades da sociedade a qual esses fenômenos/processos se estabelecem, pois, são produto e ao mesmo tempo reflexo do modelo econômico e social imposto a sociedade.

No caso de Goiás/GO, cidade com fortes heranças oligárquicas, escravocratas e economia extrativista a princípio e posteriormente agrícola, esses fenômenos são ainda mais expressivos. O conceito de segregação está avançado na discussão, vários são os geógrafos e geógrafas que fazem desse fenômeno seu maior objeto de estudo.

Inicialmente, uma pergunta poderia delinear esse trabalho. Qual o correto: Segregação Sócio-Espacial ou Segregação Socioespacial? Em resposta, nos alicerçamos em Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2018, p. 15).

Cabe alertar que...aqui não se encontrará diferença na grafia da palavra socioespacial, pois as novas regras ortográficas não permitem o uso do hífen neste caso. Alguns autores entendem que no plano teórico conceitual uma dupla grafia da palavra socioespacial (uma como hífen e outra sem hífen) permitiria explicitar melhor a noção que se quer transmitir, ou seja, a grafia *socioespacial* se referiria somente ao espaço social (por exemplo considerando-o do ângulo do resultado de sua produção em determinado momento); em contraste *sócio-espacial* diria respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (levando em conta a articulação dialética entre ambos no contexto da totalidade social, mas preservando a individualidade de cada um)

Todavia foi Souza (2007) quem iniciou o debate, como parte de um trabalho teórico importante no qual tenta esclarecer a necessidade de superação da tradicional visão de sobrevoos, que preponderantemente sempre adotaram a Geografia por seu caráter de ciência de síntese. Trata-se, portanto, de uma contribuição importante sobre a maneira de se refletir sobre os processos ocorrentes no âmbito da relação entre espaço e sociedade.

Em outra publicação, da Revista Formação (2008), Souza ressalta que a grafia de termos técnicos especializados deve respeitar muito mais a questões de conteúdo e um simples hífen pode fazer bastante

diferença em relação à ideia que se pretende comunicar. Embasado nisso ele sustenta a existência de uma diferença entre socioespacial e sócio-espacial (cf. SOUZA, 2007, 2008, 2009) e faz uma crítica aos revisores de língua portuguesa que, influenciados pela existência de termos aparentados que se encontram dicionarizados - como socioeconômico, sociocultural e sociopolítico - e seguindo as regras ortográficas da língua portuguesa (fazendo menção, às antigas normas, mas o mesmo valeria para as novas), suprimem o hífen para adotar, de modo generalizado, a grafia socioespacial, assumindo uma responsabilidade técnica que não lhes é devida. Nas palavras de Souza (2009, p. 24-25),

[...] existe a possibilidade de dupla grafia - o que constitui, aliás, algo conceitualmente conveniente e relevante. “Socioespacial”, sem hífen, se refere somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, “sócio-espacial”, com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade).

Entretanto, Catalão (2011) faz pontuações a Souza no âmbito do debate escrito, prática não muito habitual nas academias brasileiras, mas que são fundamentais como ferramentas de reflexão, para ele

[...] embora a crítica apresentada por Souza (2007), concernente ao problema da adoção de uma visão de sobrevoos nas análises espaciais, seja pertinente, talvez faltasse assinalar que um novo avanço se faz necessário, num contexto em que a compreensão sobre o espacial já remete imediatamente a algo efetivamente relativo ao espaço social. Boa parte dos geógrafos e cientistas sociais que têm grafado socioespacial ou o fizeram de modo conscientemente tautológico, para reforçar o conteúdo social do espaço, ou não tinham consciência de que, além do espaço social, também as relações sociais poderiam ser consideradas, já que a categoria espaço social não se superpõe nem se confunde integralmente com a categoria sociedade, como já destaquei concordando com Souza (2009). Entendo, inclusive, ser esta uma compreensão bastante recente, que precisa ser valorizada e difundida.

Do ponto de vista da grafia e da semântica essa pesquisa tem expectativa de que a discussão está longe de ter sido esgotada, não apenas por entendimento de que são mutáveis as relações entre sociedade e espaço, mas também pelo fato de que novas investigações ainda devem ser realizadas.

Não obstante, a palavra “segregação” como já pudemos ter uma pequena visão diante do que foi exposto nessa seção é antiga e emana uma multiplicidade de sentidos a depender do olhar científico e do contexto que a circunda. É daquelas que, de tanto mencionada e imaginada, sobretudo pelo senso comum, parecem perder sua real força de identificação como fenômeno a que se refere. Desde então é cada vez mais usada em diferentes meios, seja nas academias, no discurso dos políticos, em conversas rotineiras, notícias de jornais, internet, letras de música etc.<sup>8</sup>

A Geografia nesse sentido deparou-se com o desafio de compreender a complexidade desse processo ao mesmo tempo em que se via diante da naturalização do conceito, para então formular a sua construção empírica do fenômeno.

Santos (1979), a respeito das especificidades sociais urbanas, fez uma análise sobre a separação que ocorre entre os moradores de uma dada cidade, empreendendo esforços no sentido de conceituar a segregação socioespacial, mesmo que de forma despretensiosa. Para o autor, isto ocorria em função do sistema econômico ser discriminatório. Portanto, se referia a esse tipo de segregação, como sendo uma forma disfarçada ou explícita de discriminação social. Também, afirmou que isso depende do contexto sócio político, pois essa forma de distribuição da população urbana se torna fator preponderante que assume no espaço das cidades uma disposição definida.

Para Santos (1979, p. 31) o sistema econômico é o principal fator de segregação e discriminação social, que trazem constrangimento que se opõe a uma plena realização do indivíduo e da vida social, que se encontra espalhada por toda parte.

Na obra organizada por Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2018), diferentes geógrafos expressam sua definição do que seria segregação socioespacial, ela serviu como sustentáculo dessa pesquisa, mesmo que não haja a mesma perspectiva em relação a segregação socioespacial nos nove artigos contidos na obra, consenso esse que talvez fosse contraproducente para a Geografia, veremos suas concepções a seguir.

Para Pedro de Almeida Vasconcelos (2018), a noção de segregação socioespacial deveria ter sua utilização limitada a contextos que envolvem o período específico, pois eles perdem o caráter investigativo se usados igualmente para todos, de forma universalizada.

---

<sup>8</sup> Uma breve pesquisa em biblioteca de universidades brasileiras nos apresenta um número considerável de publicações com a palavra “segregação” no título. No catálogo *on-line* de banco de dados bibliográficos da Universidade de São Paulo (disponível em: <https://www.buscaintegrada.usp.br>)

Não obstante, nessa mesma obra Corrêa (2018), usa modelos de análise já consagrados para referenciar o que ele intitula segregação residencial, considerando que para ele é a segregação residencial o mais expressivo processo espacial de fragmentação do espaço das cidades, áreas distintas entre si na gênese do conteúdo econômico e social. O autor usa modelos que constituem construções teóricas clássicas no âmbito da Sociologia, da Geografia, da História e do Planejamento Urbano, criados em momentos distintos, como torna para explicar que a segregação pode ser dividida em três grandes grupos: a autosegregação, a segregação imposta e a segregação induzida.

A primeira está associada à elite, implica em grupos de alto *status* que possuem dada exclusividade do uso do solo e condições de torná-lo inacessível a grupos subalternados. O segundo e o terceiro grupo, de classes subalternas, são resultantes também de classe social, e seria possível distinguir as duas, mesmo sendo uma linha tênue. Segregação imposta, envolve imposição e nenhuma alternativa, enquanto a segregação induzida envolve algumas poucas escolhas possíveis dentro de limites pré-estabelecidos de acordo com valores imobiliários.

Ainda nessa acepção, Corrêa (2018, p. 43) defende que “a política de classe que gera a segregação imposta e induzida é efetivada de modo explícito.” A figura 3 é um esforço de explanação da visão de Corrêa (2004 e 2018), que corrobora com Villaça (1998).

Figura 3: A produção da Segregação



Fonte: Corrêa, 2004 e Villaça, 2001. Elaboração: Gleidiane Araújo, 2022

Para Spósito (2018), a fragmentação socioespacial é mais abrangente no conjunto do tecido urbano dos municípios, pois o afastamento dos cidadãos gera desigualdade de direitos, de acesso à cidade, quando se trata de se apropriar e participar integralmente dos espaços e das experiências comuns. Já a narrativa de Carlos (2018), faz referência ao “direito à cidade”, proposta por Henri Lefebvre. Sua argumentação sintetiza um caminho que leva em consideração extensa trajetória de pesquisa dessa autora, objetivando localizar, nas contradições que fundamentam a produção do espaço, a desigualdade do processo que orienta a “luta pelo espaço” na sociedade urbana.

Ainda em Carlos (2018), é proposto uma reflexão profunda a fim de evitar definições incorretas a respeito do “direito à cidade”, que segundo ela é uma necessidade prática de superação da contradição expressa no valor e no uso-valor de troca, que só se resolveria na suplantação daquilo que norteia o capitalismo, a propriedade privada (Ibdem, 2018, p.108).

Por conseguinte, para Carlos (2018), o “direito à cidade, aponta a negação de um modelo forjado na felicidade proveniente unicamente na posse de bens, ou ainda que a superação da segregação socioespacial só existiria quando o “direito à cidade” se tornasse um projeto social.

O entendimento de Alvarez (2018), a respeito da segregação socioespacial, corrobora com o de Corrêa, já mencionado nessa obra, pois a autora acredita que a temática da segregação socioespacial está imbrincada a reflexões sobre o processo de produção dos espaços da cidade e do urbano, assim como seus sentidos e conteúdo.

Além disso, na perspectiva da autora está presente a ideia de que para viver a cidade, a moradia vem em primeiro lugar, mas essa ideia apresenta - se muitas vezes como impedimento para grande parcela de moradores dessa cidade que não podem pagar por determinadas parcelas do solo urbano. Onde planos urbanísticos, de iniciativa do Estado, apresentam - se como força motriz de superação dessa barreira, mas ao mesmo tempo provocando transferência de posse de terra urbana e removendo àqueles que não podem pagar o preço da valorização pra continuar onde está, assim acentuando a segregação socioespacial.

A visão exposta por Souza (2018), e que compõe a obra já referenciada, trata sobre a semântica da segregação e a cidade “empresarialista”. Sobre a semântica já falamos a luz do ponto de vista desse autor nessa seção, mas vale ressaltar que Souza lembra que já houve geógrafos que julgavam o termo segregação inapropriado para o Brasil, sem aplicação aqui, como um termo indevido, uma importação mal colocada, nas palavras dele uma planta “exótica e mal aclimatada”. Fazemos aqui um adendo, para lembrar o valor venturoso das ciências em repensar ou refletir ao longo do tempo, visto que hoje podemos compreender a segregação como fenômeno compatível em determinadas cidades de todos os continentes, guardadas as devidas proporções e características únicas.

Para esse autor, a segregação é um conceito denso carregado de historicidade, característica comum às demais ciências, que seguramente pode não ser explícita como a divisão “senhores/escravos”, mas, certamente não nos dá abertura para assegurar a não existência da segregação. Para o autor, ainda resistem os elevadores de serviço e os quartos de empregada que mostram na prática que mesmo habitando o mesmo espaço, a apropriação deste se relaciona diretamente ao poder econômico.

Mesmo assim o autor reverbera a ideia de que não se pode por isso interpretar a segregação de modo natural, “como se a segregação fosse uma inevitabilidade... se assim fosse, teríamos que admitir

que a heteronomia é inevitável e que uma sociedade livre e autônoma... é uma meta fantasiosa.” Souza (2018 p.130).

Além disso, nessa obra é com Souza que processos de gentrificação ganham importância como condicionantes complementares no fenômeno da segregação socioespacial, pois segundo ele a gentrificação, palavra oriunda do idioma inglês *gentry*: baixa nobreza, que remete a “revitalização” de espaços já ocupados por determinados indivíduos, que conseqüentemente são pressionados a deixar esses espaços supervalorizados a partir desse momento, passando esses espaços a serem ocupados por indivíduos com maior renda.

Uma pergunta é imprescindível aqui, para onde vão esses antigos moradores? Imperativo pensar que passam a ocupar espaços mais baratos na cidade, condizentes com o que podem pagar, ou espaços segregados. Pode-se inferir pelo pensamento do autor que o projeto da cidade “empresarialista”, a que ele refere se vale de instrumentos e artifícios variados de revitalização, requalificação, regeneração que significam a mesma coisa, remoção forçada de pessoas e famílias.

Finalmente, podemos depreender que a análise da segregação socioespacial do ponto de vista da Geografia permite várias abordagens teóricas, metodologias variadas, presunção de diferentes sentidos materiais, simbólicos, econômicos, sociais, espaciais e socioespaciais.

Do ponto de vista geográfico denotam que a segregação tem se alterado no tempo e no espaço e em diversas escalas de análise, indicando que se pode entender por segregação socioespacial o isolamento de indivíduos pertencentes a um dado grupo social, nesse processo de exclusão vários quesitos estão envoltos.

A busca por uma definição não se restringe à Geografia. Bourdieu (2000) afirma em entrevista a Maria Adélia Loyola, que “[...] a visão de mundo dominante (uma forma de violência simbólica) se impõe através da imposição de problemáticas e categorias do pensamento [...]”, diz ainda que “[...] todos os conceitos dos quais falamos hoje circulam frequentemente mal traduzidos, no mundo inteiro, tornando-se problemáticas impostas. Isso porque têm ar de universais, quando na verdade, universalizam particularidades [...]” complementa seu pensamento dizendo que “[...] quando se é pesquisador há algumas certezas que se definem de imediato, como também há coisas que mudam sempre [...]”, por isso se faz necessário “[...] um belo exemplo de politização teórica: é preciso muita cultura teórica, um capital teórico bastante sofisticado e pulsão política ao mesmo tempo.” Semelhante ao debate de conceituação sobre a segregação socioespacial que aqui propomos.

Figura 4: As Relações de Produção do espaço



Fonte: Corrêa, (2004) e Villaça, (2001)  
Elaboração: Gleidiane Araújo, 2022.

A Figura 4 é um convite a reflexão do caráter político, necessário a compreensão da segregação socioespacial, pois a produção do espaço urbano é resultante de várias forças, entre elas a estatal e a dos promotores imobiliários, como vimos na Figura 1, desse modo, analisando as contribuições da Geografia é possível inferir que essas forças ao contribuírem na produção do espaço urbano também se tornam corresponsáveis pela política de infraestrutura das cidades, influenciando diretamente na distribuição da estrutura dos equipamentos urbanísticos que servem à população. Caracterizando assim os espaços periféricos mais distantes, combinados com uma população de menor renda como sendo espaços de infra estruturas precárias. De forma geral estabelecendo um padrão de carências na periferia, ou franjas da cidade em contraposição com uma estrutura de maior aparelhamento no centro ou empreendimentos imobiliários destinados a classes abastadas.

**CAPÍTULO II**  
**O ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE GOIÁS**

## 2 O ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE GOIÁS

O contexto do surgimento da cidade de Goiás remonta ao século XVIII, ladeado pela busca de riquezas da metrópole portuguesa que de forma predatória explorava a colônia brasileira para atender seus desejos expansionistas. Assim, o espaço urbano de Goiás se inicia como arraial, passando por vila (*Villa Boa*), até que séculos mais tarde, em um contexto totalmente diferente de sua origem, tornou-se em 2001 uma cidade tombada pelo seu patrimônio artístico e cultural, pela ONU. Atualmente, trata-se de um espaço urbano que vai para muito além dessa parte tombada (a qual a torna conhecida). Trata-se de uma cidade que desempenha centralidade urbano-regional, e possui diversas contradições socioespaciais.

### 2.1 Histórico e surgimento da cidade de Goiás

O encontro de múltiplos fatores históricos e humanos, no local de surgimento da cidade, materializou suas formas urbanas. Sobre isso, Reis Filho (2000) registra que uma política de ocupação portuguesa marcada pelo colonialismo estava presente no interior do país, e para compreendê-la é preciso um olhar mais conjuntural sobre a dinâmica portuguesa de urbanização nos sertões de Goiás.

De acordo com Passos (2018), a antiga capital da Capitania de Goiás surgiu em função da economia mineradora que se iniciavam nessa parte da Colônia. Documentos históricos como Cartas ao Rei português dão conta de que em meados de 1722 chega nessa região a Bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva Filho, incumbido, pelo governo de São Paulo, a chefiar uma bandeira formada por cem homens, para localizar o lugar onde estivera com seu pai quarenta anos atrás, também em uma bandeira a procura de ouro, prata e pedras preciosas. A princípio só encontrou os índios Goyazes e vestígios da roça cultivada por seu pai há quarenta anos, o Anhanguera. Só em 1727 fundou o Arraial de Sant'Ana (primeiro nome da cidade), às margens do rio Vermelho.

Segundo Passos (2018), foi a partir daí que ocorreu à ocupação por mineradores com a construção de casas próximo ao local de trabalho e da Capela de Sant'Ana, além da abertura dos caminhos que desenhariam as futuras ruas do local.

Ao implantar as cidades, aparentemente havia pelos Bandeirantes uma preocupação de influência portuguesa em conferir uma paisagem urbana, consoante à metrópole, no entanto, a cidade cresceu como não era de se evitar, assumindo formas orgânicas, assentadas à topografia, replicando,

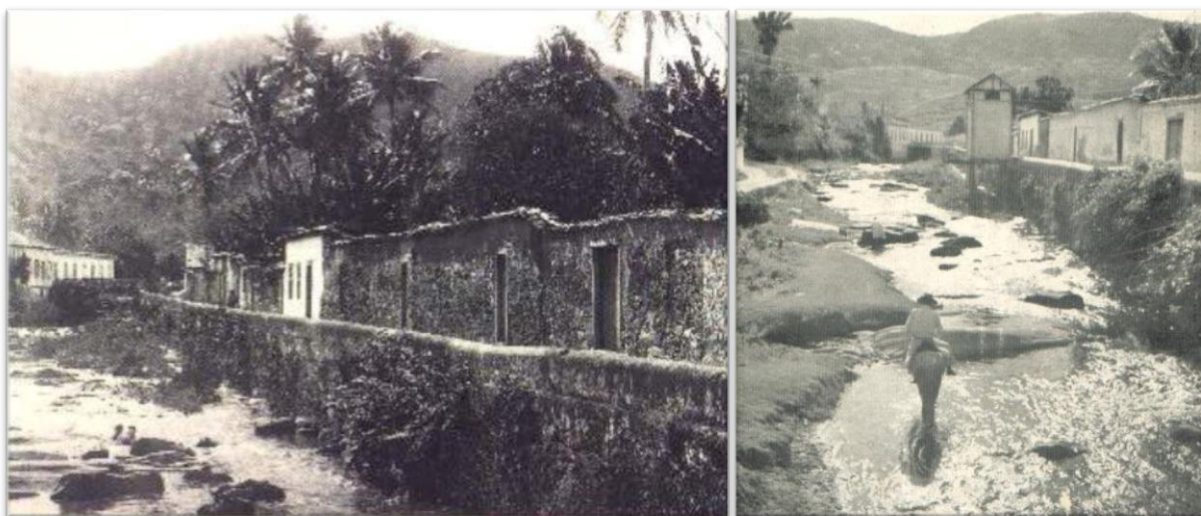
dessa maneira, cidades medievais, com ruas estreitas, em locais com declividade inadequada ao fácil acesso, porém de maior resistência à ocupação, de maior convívio social, forjando uma vida coletiva, que somente poderia ocorrer nas cidades ou vilas, sob o olhar das autoridades.

O formato que se configuraram na verdade diferem do espaço das cidades portuguesas da época, a esse respeito Coelho afirma

[...] a população que inicialmente se estabeleceu nessa região composta principalmente de aventureiros, vindos em sua maioria da metrópole, as aglomerações surgidas com o seu estabelecimento em território goiano deveriam guardar em si especificidades próprias que mostrassem a maneira peculiar com que essa mesma população interpretou os conhecimentos trazidos de suas regiões de origem, tidos como populares, adaptando-os às características climáticas e geográficas locais. Sendo um núcleo de funções administrativas implantado em princípios do século XVIII, Vila Boa não apresenta nem os elementos próprios da restauração portuguesa, que por essa época expressavam-se principalmente nos aglomerados de interesse da dominação política, nem aqueles característicos do Barroco, movimento ainda em pleno desenvolvimento criativo por ocasião da fundação e da implantação da vila (COELHO, 1997, p.6).

Pode-se dizer então que mesmo surgindo em período de determinado modelo urbano tão elaborado quanto o do Barroco, o que se observa em Vila Boa é a predominância de formas baseadas em conceitos e conhecimentos populares de organização e estruturação tanto do espaço urbano quanto do espaço edificado que pouco fazem lembrar os centros urbanos europeus implantados na mesma época, como observamos na Figura 5.

Figura 5: Cidade de Goyaz, data desconhecida, autor desconhecido, o original compõe acervo da fotógrafa Cidinha Coutinho.



Fonte: [http://www.vilaboadegoias.com.br/album\\_fotos/fotos\\_antigas/page/image81.html](http://www.vilaboadegoias.com.br/album_fotos/fotos_antigas/page/image81.html)

Figura 6. Avenida Sebastião Fleury, Cidade de Goiás



Trabalho de observação de Campo. Cidade de Goiás-GO.  
Fonte: ARAÚJO, Gleidiane. R. R. (Jun. 2022).

Ao se referir às vilas e cidades coloniais no Brasil, Reis Filho (2000, p.21) pontua que “[...] apresentavam ruas de aspecto uniforme, com casas térreas e sobrados construídos sobre o alinhamento das vias públicas e sobre os limites laterais dos terrenos”.

Sobre isso, os Arquitetos Checucci e Paes relatam que

No meio urbano das cidades não havia recuos, jardins ou afastamentos laterais (porém havia quintais) e os meios de construção eram limitados pelas técnicas acessíveis e pela mão-de-obra escrava pouco qualificada. Desse modo, a monotonia e a ausência de verde eram comuns nas cidades e vilas, e a impressão de **adensamento** ocorria mesmo em vilas pequenas [...] (CHECUCCI e PAES, 2021, p. 5). (*grifo nosso*).

A cidade se desenvolveu entre morros, ao longo do rio Vermelho. O seu traçado urbano é um exemplo do desenvolvimento orgânico de uma cidade mineradora adaptada às condições do sítio, apesar de modesta, forma um conjunto harmonioso, graças ao coerente uso dos materiais locais e das técnicas aplicadas, a paisagem evidencia que a cidade surgiu às margens do Rio Vermelho sem preocupação de ordenação do espaço urbano. A Figura 7 pode exemplificar como uma rua importante e antiga da cidade contorna o Rio Vermelho, ou seja, o desenho do rio é também a delimitação da Avenida Sebastião Fleury.

Figura 7. Na margem esquerda da fotografia Avenida São Pedro, na margem direita da fotografia Avenida Sebastião Fleury - Cidade de Goiás



Fonte: ARAÚJO, Gleidiane. R. R. (Jun.2022).

As Figuras 5, 6, 7 exemplificam que a cidade surgiu de maneira espontânea, sem planejamento nem ordem antes determinada, de forma intuitiva as ruas ou margeavam o Rio Vermelho, ou desembocavam nele. Já a Figura 8 evidencia que as demais ruas, condicionadas pela topografia

acidentada da região, adaptam-se a isso da melhor maneira possível, acompanhando e se ajustando às curvaturas do terreno, provocando uma estruturação do espaço urbano.

Figura 8. Becos e ladeiras estreitas no Centro Histórico da Cidade de Goiás



Trabalho de observação de Campo. Cidade de Goiás-Go.  
Fonte: ARAÚJO, Gleidiane. R. R. (maio, 2022)

Retomando aos autores supracitados, analisando a paisagem das fotografias, pode-se concluir que a cidade é um raro e genuíno documento da maneira como os exploradores do território, em uma situação isolada, adaptaram os modelos de planejamento e construção vigentes na metrópole portuguesa às realidades da região tropical.

Conforme Passos (2018), o ano de 1782 marcou a criação da planta urbana, com ampliação de ruas e um código de posturas, mas somente em 1818 foi elevada a cidade, e passou a ser chamada de Cidade de Goyaz. No dia primeiro de junho de 1891, com a promulgação da Constituição do Estado de Goiás, contexto do (Brasil Republicano<sup>9</sup>), as províncias passaram a ser denominadas estados e a cidade de Goiás elevada a condição de capital até o ano de 1937, quando foi determinada sua transferência para Goiânia inaugurada em 1940, selando assim uma segunda etapa de decadência para a cidade de Goiás, que já havia iniciado em 1770 com a decadência da exploração aurífera em, situações

---

<sup>9</sup> O período chamado de Primeira República (1889-1930) compreende momento de transição entre o Brasil Monárquico para um país republicano.

que marcaram o decréscimo de habitantes do município e uma mudança modal na formação do espaço da cidade.

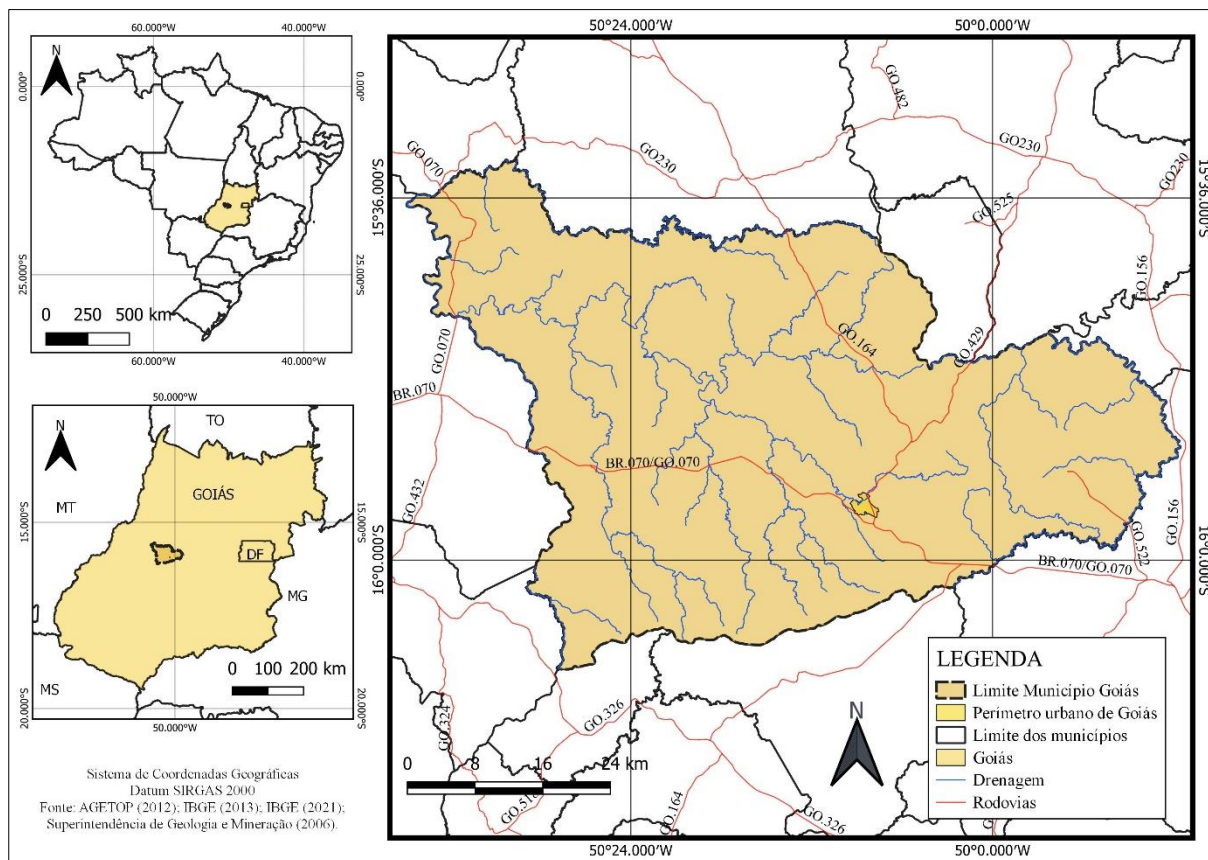
Bertran (1978) resume essa transição e o novo período que Goiás esteve condicionado a partir da decadência do ouro e transferência da capital, para um espaço que agora tinha como atividade principal da reprodução socioeconômica, territorial e urbana a agropecuária.

Desse modo, para compreensão do espaço urbano recente da cidade de Goiás é preciso recorrer ao processo histórico de urbanização do seu território.

## **2.2 Caracterização atual do Espaço Urbano e da Cidade de Goiás**

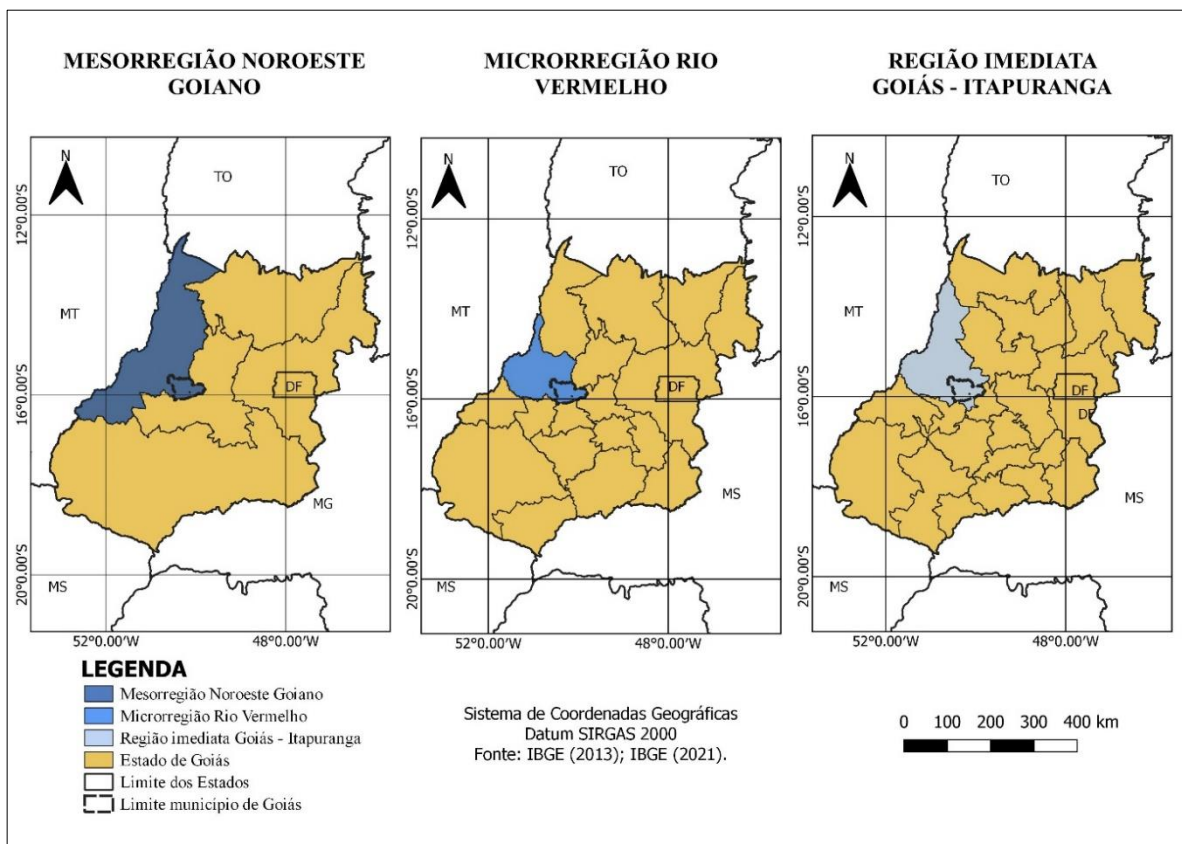
O município de Goiás (Figura 9), possui uma área de 3.108 Km<sup>2</sup> e uma população estimada segundo, o IBGE em 2018, de 22.916 habitantes. Está localizada a 136 km de Goiânia e a 320 km de Brasília. As vias de acesso mais utilizadas são as rodovias GO-060 e BR-070. Localiza-se na Mesorregião Noroeste do Estado, Microrregião Rio Vermelho e Região Imediata Goiás-Itapuranga. É uma das três microrregiões do Noroeste Goiano, possui uma área de 20.277 km<sup>2</sup>, formada pelos municípios de: Araguapaz, Aruanã, Britânia, Faina, Goiás, Itapirapuã, Jussara, Matrinchã, Santa Fé de Goiás

Figura 9. Mapa de Localização do município de Goiás no Estado de Goiás e no Brasil



Idealização: Gleidiane Araújo, 2022. Elaboração: Rosana Herculano, 2022. Obs.: para visualizar a imagem com maior resolução, acesse o link: <https://abre.ai/eKNK>

Figura 10. Localização do Município de Goiás segundo alguns recortes regionais



Gleidiane Araújo, 2022. Elaboração: Rosana Herculano, 2022.

No que se refere ao contexto urbano-regional, Goiás tem grande relevância, exercendo centralidade que configuram múltiplos recortes regionais (a depender da variável). Essa centralidade é marcada sobretudo pela oferta de equipamentos de serviços públicos, majoritariamente estaduais. Muito disso se deve a aspectos históricos, dado ao fato de já ter sido capital do estado.

Nos quadros que segue, foram compilados os principais serviços, gestão do território, e equipamentos públicos na escala urbano-regional.

Quadro 1. Órgãos e equipamentos públicos de centralidade regional em Goiás: Ensino básico e superior

Educação			
Órgão	Localização	Esfera de governança	Municípios e localidades atendidas
Coordenação Regional de Educação	Centro Histórico	Estadual	Goiás, Araguapaz, Mozarlândia, Mossâmedes, Sanclerlândia, Faina, Aruanã, Buriti de Goiás.
IFG- Instituto Federal de Goiás	Loteamento Baumann	Federal	---
UEG- Universidade Estadual de Goiás	Centro Histórico	Estadual	---
UFG-Universidade Federal de Goiás	Setor Areião	Federal	---
Secretaria Municipal de Educação	Centro Histórico	Municipal	Goiás e distritos de: Buenolândia, Calcilândia, Davidópolis, São João e Uvá.

Quadro 2: Órgãos e equipamentos públicos de centralidade regional em Goiás

Saúde			
Órgão	Localização	Esfera de governança	Municípios e localidades atendidas
CISRIVA- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Rio Vermelho Araguaia (Consórcio público SUS na área de saúde.)	Centro Histórico	Estadual	Goiás, Americano do Brasil, Araguapaz, Aruanã, Britânia, Faina, Goiás, Guaraíta, Heitorai, Itapirapuã, Itapuranga, Jussara, Matrinchã, Mossâmedes, Mozarlândia, Nova Crixás, Santa Fé de Goiás.
Secretaria Municipal de Saúde	Centro Histórico	Municipal	Goiás e distritos de: Buenolândia, Calcilândia, Davidópolis, São João e Uvá.
IPASGO- Instituto de Assistência aos Servidores Públicos de Goiás	Centro Histórico	Estadual	Goiás e Faina
Hospital de Caridade São Pedro	Centro Histórico	Estadual/municipal/filantrópico	Goiás, Americano do Brasil, Araguapaz, Aruanã, Britânia, Faina, Goiás, Guaraíta, Heitorai, Itapirapuã, Itapuranga, Jussara, Matrinchã, Mossâmedes, Mozarlândia, Nova Crixás, Santa Fé de Goiás.

OSEGO-Organização de Saúde de Goiás	Centro Histórico	Estadual	
Policlínica Estadual da Região do Rio Vermelho	Setor Tempo Novo	Estadual	Goiás, Americano do Brasil, Araguapaz, Aruanã, Britânia, Faina, Goiás, Guaraíta, Heitorai, Itapirapuã, Itapuranga, Jussara, Matrinchã, Mossâmedes, Mozarlândia, Nova Crixás, Santa Fé de Goiás.

Quadro 3. Órgãos e equipamentos públicos de centralidade regional em Goiás: segurança pública

Segurança			
Órgão	Localização	Esfera de governança	Municípios e localidades atendidas
1º BPM-Batalhão da Polícia Militar	Setor Bacalhau	Estadual	Goiás, Itapirapuã e Matrinchã
2ª Coordenação Regional da Polícia Técnica Científica	Setor Areião	Estadual	Goiás, Adelândia, Americano do Brasil, Araguaia, Aruanã, Britânia, Buriti de Goiás, Córrego de Ouro, Faina, Guaraíta, Heitorai, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Jussara, Matrinchã, Mossâmedes, Mozarlândia, Sanclerlândia, Santa Fé, Santa Rosa, Taquaral.
4º CRPM- Comando Regional da Polícia Militar	Centro Histórico	Setor Bacalhau	Goiás, Jussara, Itaberaí, Anicuns, Itapuranga, Mozarlândia
DEAM (Delegacia Especializada no atendimento à Mulher)	Centro Histórico	Estadual	Goiás e Faina
12º BBM/GO (Batalhão de Bombeiro Militar de Goiás)	Setor Papyrus	Estadual	Goiás, Mossâmedes, Itapirapuã, Jussara, Faina, Guaraíta, Matrinchã,
6º Comando Regional de Bombeiro Militar de Goiás	Centro Histórico	Estadual	Goiás, São Luís de Montes Belos, Iporá

Quadro 4: Órgãos e equipamentos públicos de centralidade regional em Goiás

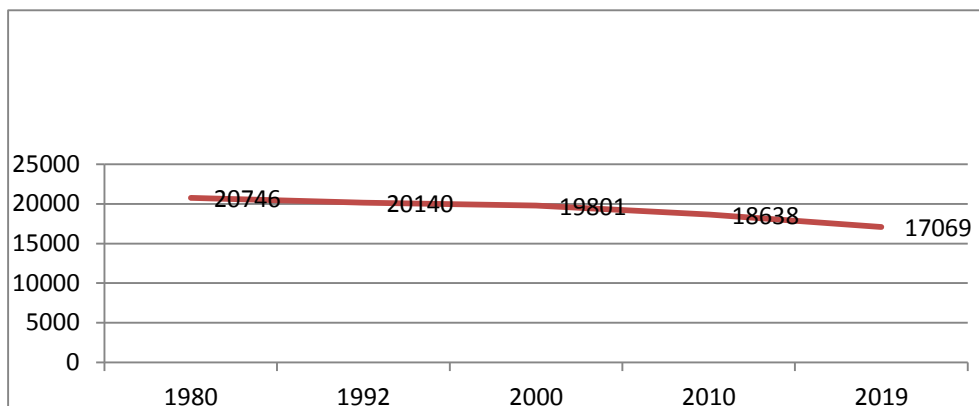
Órgãos Diversos			
Órgão	Localização	Esfera de governança	Municípios e localidades atendidas
EMATER- Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural	Setor Areião	Estadual	Americano do Brasil, Araguapaz, Aruanã, Britânia, Crixás, Faina, Heitorai, Itaberaí, Itaguaru, Itapirapuã, Itauçu, Matrinchã, Mossâmedes, Mozarlândia, Mundo Novo, Nova Crixás, Santa Fé de Goiás, Taquaral de Goiás, Uirapuru
AGRODEFESA- Agência Goiana de Defesa Agropecuária	Setor Areião	Estadual	Goiás e distritos de: Buenolândia, Calcilândia, Davidópolis, São João e Uvã.
IPASGO- Instituto de Assistência aos Servidores Públicos de Goiás	Centro Histórico	Estadual	Americano do Brasil, Araguapaz, Aruanã, Britânia, Crixás, Faina, Heitorai, Itaberaí, Itaguaru, Itapirapuã, Itauçu, Matrinchã, Mossâmedes, Mozarlândia, Mundo Novo, Nova Crixás, Santa Fé de Goiás, Taquaral de Goiás, Uirapuru.
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística	Centro Histórico. Obs.: existem 22 regionais no Estado	Federal	Aruanã, Araguapaz, Buriti de Goiás, Britânia, Córrego do Ouro, Faina, Goiás, Itapirapuã, Jussara, Matrinchã, Mossâmedes, Mozarlândia, Mundo Novo, Nova Crixás, Novo Brasil, Sanclerlândia e Santa Fé.
SANEAGO-Empresa de Saneamento de Goiás	Centro Histórico	Estadual	Goiás e distritos de: Buenolândia, Calcilândia, Davidópolis, São João e Uvã.
Receita Federal- Unidade de pronto Atendimento ao Contribuinte (ARF)	Centro Histórico	Federal	Sem delimitação específica de região de atendimento. Obs.: existem 21 ARFs no Estado.
Delegacia Regional de Fiscalização de Goiás	Centro Histórico  Obs.: existem 12 regionais no Estado.	Estadual	Amorinópolis, Anicuns, Baliza, Arenópolis, Aragarças, Faina, Santa Fé de Goiás, Mozarlândia, Matrinchã, Itapirapuã, Jussara, Britânia, Aruanã, Araguapaz., Diorama, Bom Jardim de Goiás, Piranhas, Palestina de Goiás, Montes Claros de Goiás, Sanclerlândia, Novo Brasil, Nazário, Mossâmedes, Moiporã, Jaupaci, Ivolândia Israelândia, Iporã, Heitorai, Firminópolis, Fazenda Nova, Aurilândia, Cachoeira de Goiás, Córrego do

			Ouro, Itaberaí, Itapuranga, São Luís de Montes Belos, Turvânia, Adelândia, Jandaia, Palminópolis, Paraúna, São João da Paraúna, Guaraíta, Buriti de Goiás, Americano do Brasil.
INSS- Instituto Nacional do Seguro Social	Centro Histórico	Federal	Sem delimitação específica de região de atendimento. Obs.: existem 55 agências no Estado.
VAPT-VUPT Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão	Setor João Francisco  Obs.: Está com data marcada para mudança da sede para o Centro Histórico	Estadual	Goiás e Faina

Os quadros compilados relevam um papel peculiar à cidade ao ter equipamentos e órgãos das três esferas de governança presentes. Chama atenção o fato da existência de 3 instituições públicas de ensino superior, algo dificilmente encontrado em cidades de mesmo porte e função. Outro aspecto importante que esse quadro indica, é que ao concentrar todos os serviços, o funcionalismo público compõe segmento importante da economia local.

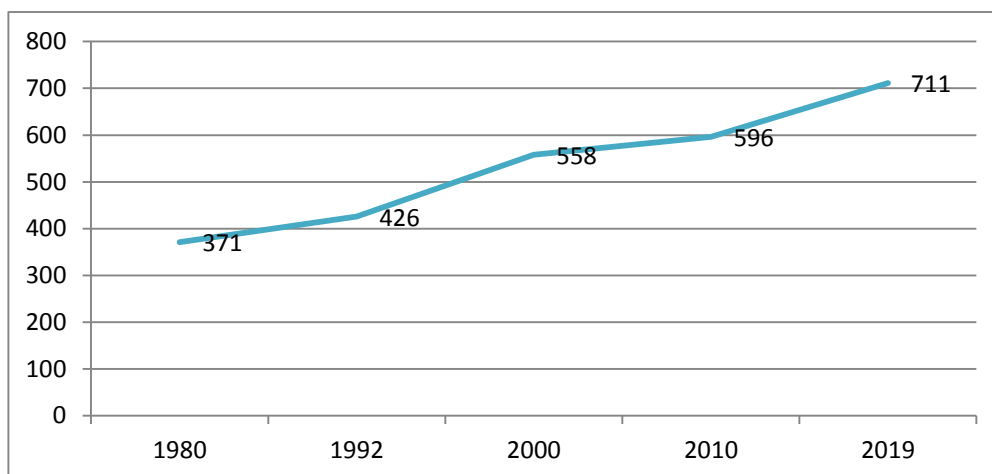
No que diz respeito a estrutura territorial municipal, ela é constituída por 5 distritos, quer sejam: Goiás, Buenolândia, Calcilândia, Davidópolis, São João e Uvá. A partir do século XX, a cidade de Goiás, assim como em boa parte do restante do Estado, o espaço urbano passou a ser influenciado por uma nova dinâmica urbana, mais contemporânea e ligada ao modo de produção e se submetia às formas com que as outras regiões iam sendo moldadas. Assim, após extenso período de estagnação do espaço urbano do município, uma metamorfose pode ser verificada, um intrigante crescimento territorial do espaço urbano do município, inversamente proporcional à dinâmica populacional, possivelmente comprometendo o nível de qualidade dos serviços públicos prestados pela administração do município.

Figura 11. Gráfico da População Urbana de 1980 até 2019 (Número de habitantes/ano)



Fonte: IBGE, 2022.

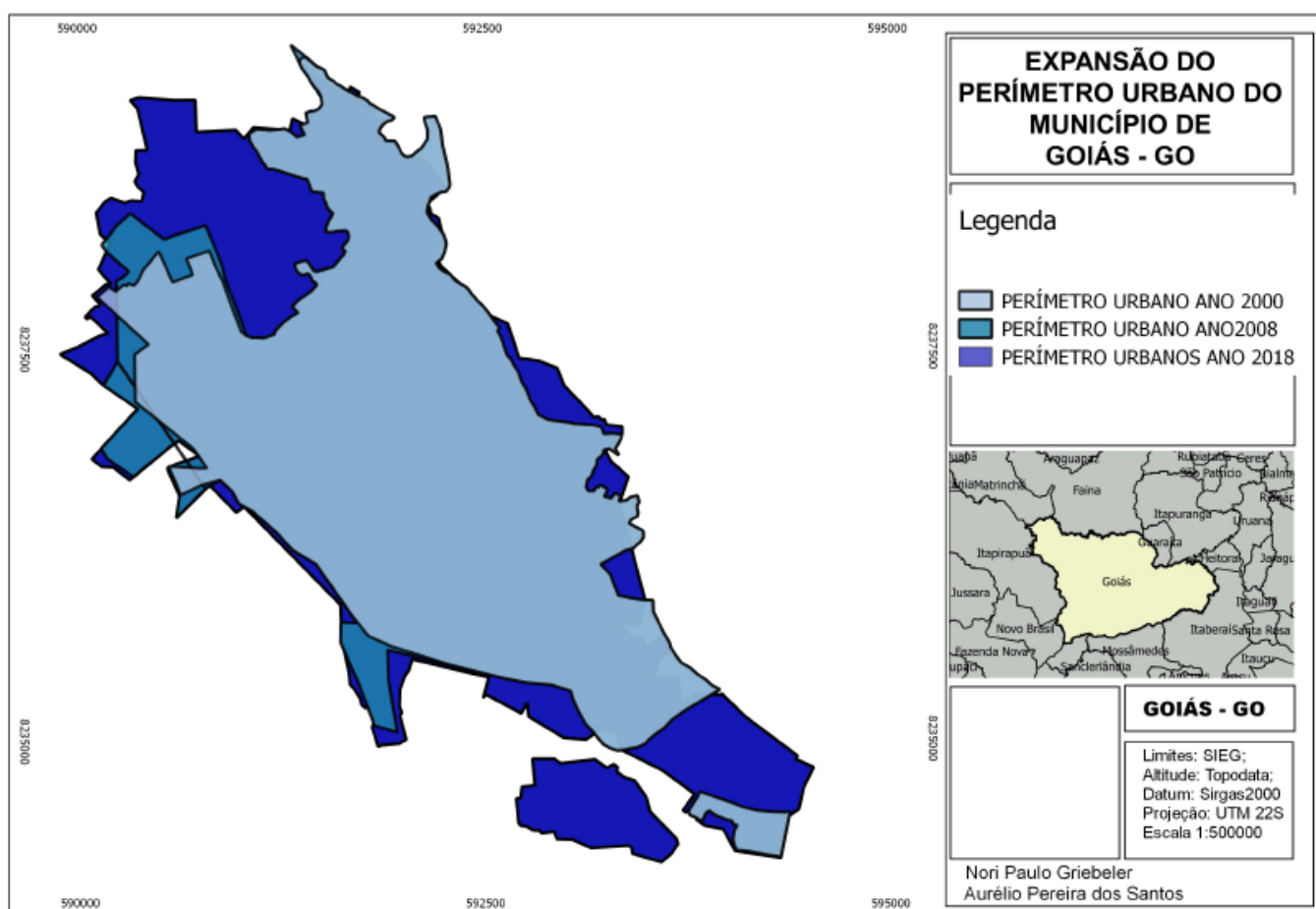
Figura 12. Gráfico do Perímetro urbano em uso consolidado (Perímetro em km<sup>2</sup>/ano)



Fonte: LUCAS (2021); Google Earh

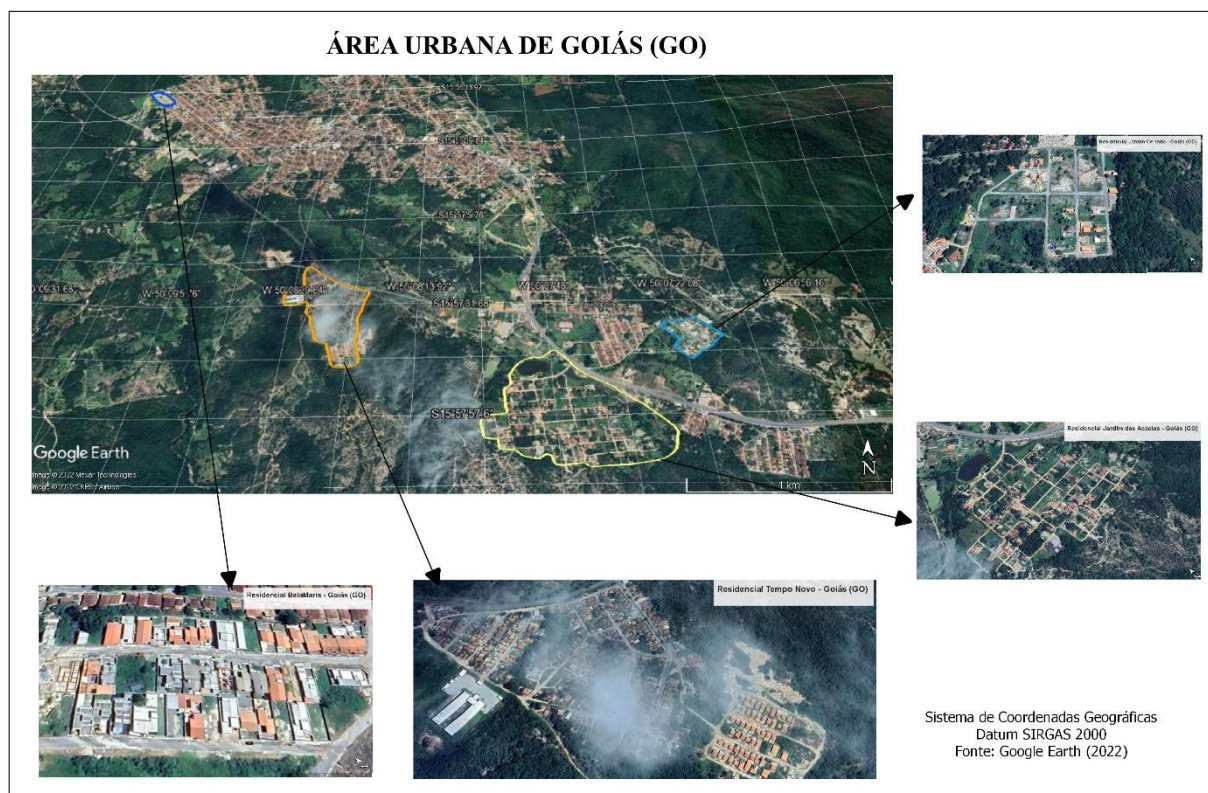
Concisamente, as estratégias que produzem o espaço urbano — disperso, segregado e sem planejamento público e participativo — exprimem a (re)produção do capital e suas parcerias público privadas (CARLOS, 2008). Tal coalisão acontece onde há a possibilidade de lucro independentemente da escala da cidade.

Figura 13. Mapa da Expansão do perímetro urbano da Cidade de Goiás



Fonte: LUCAS (2021)

Figura 14. Imagem de satélite do perímetro urbano de Goiás/GO e as mais recentes frentes de expansão da área



Idealização: Gleidiane Araújo, 2022. Elaboração: Rosana Herculano, 2022. Obs.: para visualizar a imagem com maior resolução, acesse o link: <https://abre.ai/eKNM>

Sendo assim podemos dizer que enquanto a mineração foi um impulsionador para ampliação populacional e de expansão do espaço urbano da cidade, com a decadência e sua substituição pela agropecuária, o espaço urbano ficou estagnado, iniciando uma nova fase em que a cidade já não era protagonista. Bertran (1978) afirma que em Goiás “a vida rural derivou da carência de subsistência do meio urbano. A “cidade precede o campo” (p.27), o que significou letargia nos processos espaciais que moviam o espaço urbano durante várias décadas.

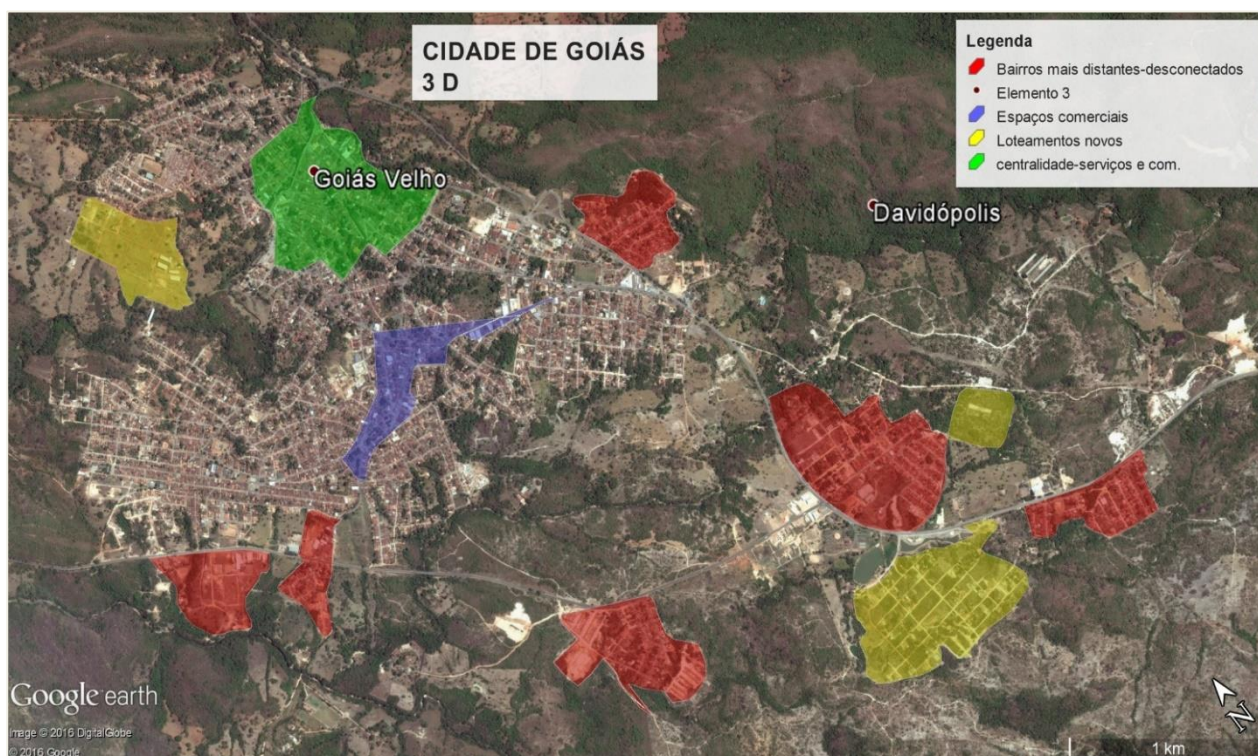
### 2.3 Goiás: uma cidade distante, dispersa e “desconectada”

Segundo o dicionário virtual “Dicio on-line”, a palavra romantizar pertence à classe dos verbos intransitivos e significa entre outras coisas “Idealizar uma situação corriqueira ou desagradável. Conceber fantasias por meio da imaginação, fantasiar: não leva a vida a sério, gosta de romantizar”

O que sempre figura em primeiro plano na Cidade de Goiás, são as atrações turísticas, a tradição de “berço da cultura Goiana”. Porém, um dos problemas desta cidade tem sido, ao longo das décadas, uma expansão urbana que não tem levado em conta critérios estritamente técnicos, como por exemplo o incremento populacional, a real demanda por novas áreas. Pelo contrário: a pesquisa identificou até agora uma realidade de diminuição da população no município.

No que se refere a configuração urbana, a despeito do porte “pequeno”, o sítio urbano vem se expandindo de modo desconectado e disperso em detrimento de um processo de urbanização mais compacto. Isso torna a gestão local onerosa, além de acarretar problemas socioespaciais diversos para àqueles que encontram-se assentados nesses espaços.

Figura 15. Imagem de satélite da Cidade de Goiás e seus espaços de expansão dispersos e fragmentados



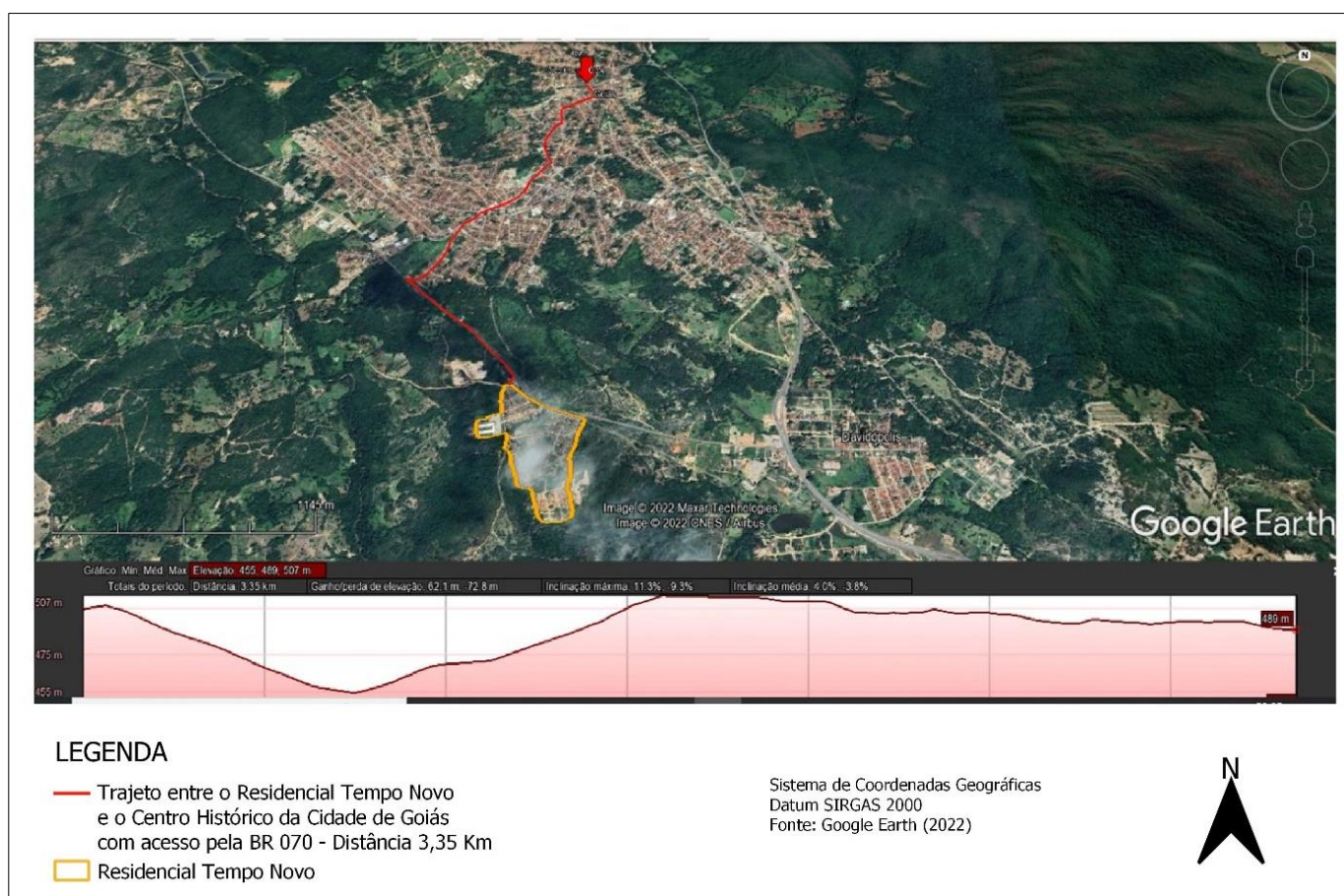
Gleidiane Araújo, 2022.

Aparentemente, uma política de programar a habitação de uma parcela da população da cidade transformou parte da paisagem urbana de Goiás, produto de uma ação capitalista que segrega a classe

trabalhadora e assim programa também seu cotidiano, seu trabalho, sua mobilidade, lazer etc. Certamente essa parte da população está integrada a cidade por sua força de trabalho, resta saber se está integrada de forma ampla na organização social urbana. Segundo Lucas e Shvartsberg (2021, p.11) “[...] essa ruína financeiro-produtiva e econômica do município estabelece aberturas para o patrimonialismo e o assistencialismo do Estado-Município social”.

Nesse sentido, a segregação socioespacial se apresenta na vida cotidiana. Um dos exemplos mais nevrálgicos é o bairro de habitação popular que elegemos como recorte mais aprofundado nesse trabalho, que é o setor Tempo Novo, conforme podemos observar.

Figura 16. Imagem de satélite que mostra o trajeto entre o Residencial Tempo Novo e o Centro Histórico da Cidade de Goiás



Gleidiane Araújo, 2022. Elaboração: Rosana Herculano, 2022.

Com relação ao cotidiano, Lefebvre (1991, p. 19 - 20) o definiu como “um momento composto de momentos (necessidades, trabalho, diversão – produtos e obras – passividade e criatividade – meios e finalidade etc.)”. Para ele, o estudo da vida cotidiana “mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época” (LEFEBVRE, 1991, p. 30) e, desse modo, determina “o lugar em que se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação” (LEFEBVRE, 1991, p. 30).

A vida cotidiana possibilita a análise do espaço entre o espaço público e o privado, pois estabelece uma continuidade entre as diferentes atividades do dia a dia, evidencia a distribuição desigual de tarefas e responsabilidades segundo o gênero, o que nos permite refletir se as diferentes zonas urbanas estão adaptadas às necessidades diárias.

Em função disso, as mulheres trabalham em casa e fora de casa, organizam a vida doméstica, levam os filhos à escola e médico entre outras coisas, atividades naturalizadas às mulheres devido a organização patriarcal da sociedade, sendo assim o impacto de uma mobilidade não funcional sobre a vida delas pode ser diferencial e negativo. Isso pode ser observado no Residencial Tempo Novo, conforme será aprofundado no capítulo seguinte.

**CAPÍTULO III:**  
**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE GOIÁS: O CASO DO**  
**RESIDENCIAL TEMPO NOVO**

### **3 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA CIDADE DE GOIÁS: O CASO DO RESIDENCIAL TEMPO NOVO**

Essa seção foi construída com apoio de documentos de órgãos públicos municipais, imagens feitas em trabalhos de campo, tabulação de informações etc. Assim, com auxílio desses instrumentos, pudemos entender um pouco da expansão urbana da cidade de Goiás, notadamente do Residencial Tempo Novo.

#### **3.1 Contexto e surgimento do Residencial Tempo Novo**

Em função da população brasileira ser majoritariamente urbana, várias são as cidades que exibem, guardado o grau e a intensidade, problemáticas parecidas. Os processos excludentes que estão em marcha não atingem apenas as cidades grandes e médias, ou seja, fenômenos como a segregação socioespacial ocorrem independentemente do porte ou da função de uma cidade. A cidade de Goiás é uma delas, cujo fenômeno que será apresentado a partir de uma perspectiva que considera a estruturação de um setor de moradia popular que passou por três fases distintas de implantação, que é o Residencial Tempo Novo.

O Residencial Tempo Novo está localizado às margens da Rodovia BR-070. Foi iniciado em 10 de fevereiro de 2003, na gestão do então prefeito Dr. Boadyr Veloso, por meio do Decreto nº 015/2003<sup>10</sup>. Esse loteamento surgiu com o intuito de ser um projeto habitacional voltado à população carente do município, visando mitigar a problemática do déficit habitacional. Cumpre observar que o Residencial Tempo Novo apresenta uma área total de 416.845,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e cinco metros quadrados), de propriedade do município de Goiás.

A primeira fase de execução do projeto, denominada de “Área de expansão 01 do Residencial Tempo Novo” apresenta uma área de 116.542,97m<sup>2</sup> (cento e dezesseis mil, quinhentos e quarenta e

---

<sup>10</sup> Em anexo Digitalização de Documentos de Criação do Residencial Tempo Novo: Decreto Nº 015/2003; Termo de Compromisso; Memorial Descritivo — Limites e Confrontações; Memorial Descritivo — Limites e Confrontações das Áreas de Equipamento; Loteamento; Certidão de Registro; Pareceres \_\_\_\_/ 2003 e \_\_\_\_2004; Laudo Geológico; Licença Ambiental.

dois metros quadrados e noventa e sete centímetros) a ser loteada inicialmente, o tamanho mínimo de cada lote residencial equivale a 250m<sup>2</sup>.

Segundo o projeto inicial do Residencial Tempo Novo, a área total seria assim dividida:

- I - Parte Residencial 59.792,45m<sup>2</sup>;
- II - Vias Públicas 30.236,73 m<sup>2</sup>;
- III - Área Pública Municipal 51.777,22m<sup>2</sup>;
- IV - Área Verde 43.680,30m<sup>2</sup>;
- V - Área de Preservação Permanente 57.927,38m<sup>2</sup>;
- VI - Faixa de Servidão da Rodovia BR-070 22.791,22m<sup>2</sup>;
- VII - Área de Projeto de Expansão 150.639,70m<sup>2</sup>.

Além disso, na parte destinada à construção das casas, havia previsão de: cento e noventa e três lotes residenciais; uma creche; uma praça; uma praça específica para fins comerciais; dois templos religiosos; cinco áreas verdes e cinco áreas de preservação permanente.

O que se entende é que uma proposta condicionante para a construção do setor previa instalações estruturais necessárias para a população do setor. Mas não havia desde o projeto inicial, previsão de instalação de posto de saúde, escola de ensino básico fundamental - Nível 1 ou pontos de ônibus que garantissem a estruturação de uma mobilidade mínima, todos esses itens trariam uma maior segurança social aos futuros moradores.

### **3.2 O Residencial Tempo Novo no contexto atual**

O Setor Residencial Tempo Novo está localizado há 6,7 km do Centro Histórico de Goiás, na franja rural-urbana da cidade. O setor se encontra isolado do contexto urbano da cidade, não oferecendo aos seus residentes oportunidade de geração de trabalho e renda, transformando esse espaço, em um bairro dormitório para a maioria de sua população. Segundo informações do departamento de Finanças da Prefeitura da cidade, foi possível saber que o residencial conta com aproximadamente 600 residentes divididos em três etapas habitacionais implantadas: a primeira etapa com 95 residências, a segunda etapa com 60 e a terceira etapa com 50 casas. Uma quarta etapa se encontra projetada para mais 60 casas como foi nos mostrado por funcionários da prefeitura, sem disponibilização de cópia do projeto.

Figura 17. Visão aérea Residencial Tempo Novo (1ª etapa) e Rodovia GO-070 com destaque para o núcleo urbano ao fundo e a margem direita da rodovia e futura 4ª etapa do conjunto habitacional.



Fonte: Trabalho de Campo Geomobilidade. (Jun./2022).

A figura acima dá destaque a duas importantes características de descrição/análise da paisagem do Residencial Tempo Novo, a saber a linha amarela indica parte do núcleo urbano principal da cidade de Goiás, conseqüentemente fica explícito a fragmentação do espaço urbano da cidade, a distância fica evidente e o apartamento do setor em relação a cidade demonstra seu isolamento. O círculo vermelho na margem direita da rodovia indica local da quarta etapa que futuramente fará parte do conjunto habitacional.

O trabalho de campo revelou que mesmo passados quase duas décadas, é inexistente uma estrutura mínima que atenda necessidades básicas dos moradores do setor.

Figura 18. Vista parcial da Rodovia GO-070 e do Setor Residencial Tempo Novo (1ª e 2ª etapas)



Fonte: Trabalho de Campo - Grupo de Estudos Geomobilidade. (Jun.2022)

As figuras 17 e 18 revelam uma paisagem de casas simples, muitas sem reboco ou pintura, demonstrando com isso o baixo poder de renda dos moradores e a falta de estruturas básicas como pavimento das ruas, calçadas e um problema de ordem grave que é o acesso ao setor por uma rodovia movimentada de caminhões e carretas, onde não existe um trevo de acesso, a pista de rolamento é estreita, o acostamento também, não possui iluminação pública, ciclovia ou passarelas para os pedestres. O que existe é um radar de velocidade de limitação a 40 km/h e sinalização deficitária para o fluxo de pessoas, carros e caminhões.

As pessoas residentes no Residencial Tempo Novo necessitam se deslocar de seu bairro para procurar bens e serviços em outras partes da cidade, não existe possibilidade deles encontrarem o que necessitam no cotidiano próximo às suas residências, demonstrando dependência da periferia em relação a outras partes do espaço urbano. Para Santos (1988, p. 115), “morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. Pelo econômico segmentado do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo mercado territorial”.

Figura 19. Vista parcial do Setor Residencial Tempo Novo (3ª etapa)



Fonte: Trabalho de Campo - Grupo de Estudos Geomobilidade. (Jun.2022)

Figura 20. Visão aérea da Rua Santo Expedito/Residencial Tempo Novo (1ª etapa) - ao fundo a 3ª Etapa.



Fonte: Trabalho de Campo - Grupo de Estudos Geomobilidade. (Jun.2022)

Após dezenove anos de fundação podemos ver a única rua asfaltada no setor, Rua Santo Expedito.

Como parte do tratamento de dados coletados, foi elaborada uma tabela de serviços disponibilizados na cidade com destaque para sua localização setorial intraurbana, tabela essa construída a partir de visitas *in loco* à órgãos públicos, coleta de informações por telefone ou em páginas eletrônicas dos órgãos pesquisados. As instituições listadas são as que a pesquisa julga imprescindíveis ao cotidiano das famílias moradoras no Tempo Novo, educação e saúde.

Intencionalmente, a tabela foi construída de modo a demonstrar em números um resumo do aparato de serviços disponíveis na cidade em contrapartida com sua localização, assim temos uma descomplicada forma<sup>11</sup> de ver a manifestação do isolamento do setor em relação ao que o poder público municipal e estadual oferece os demais moradores da cidade de Goiás.

Quadro 5: Compilação dos equipamentos públicos de serviços na cidade de Goiás.

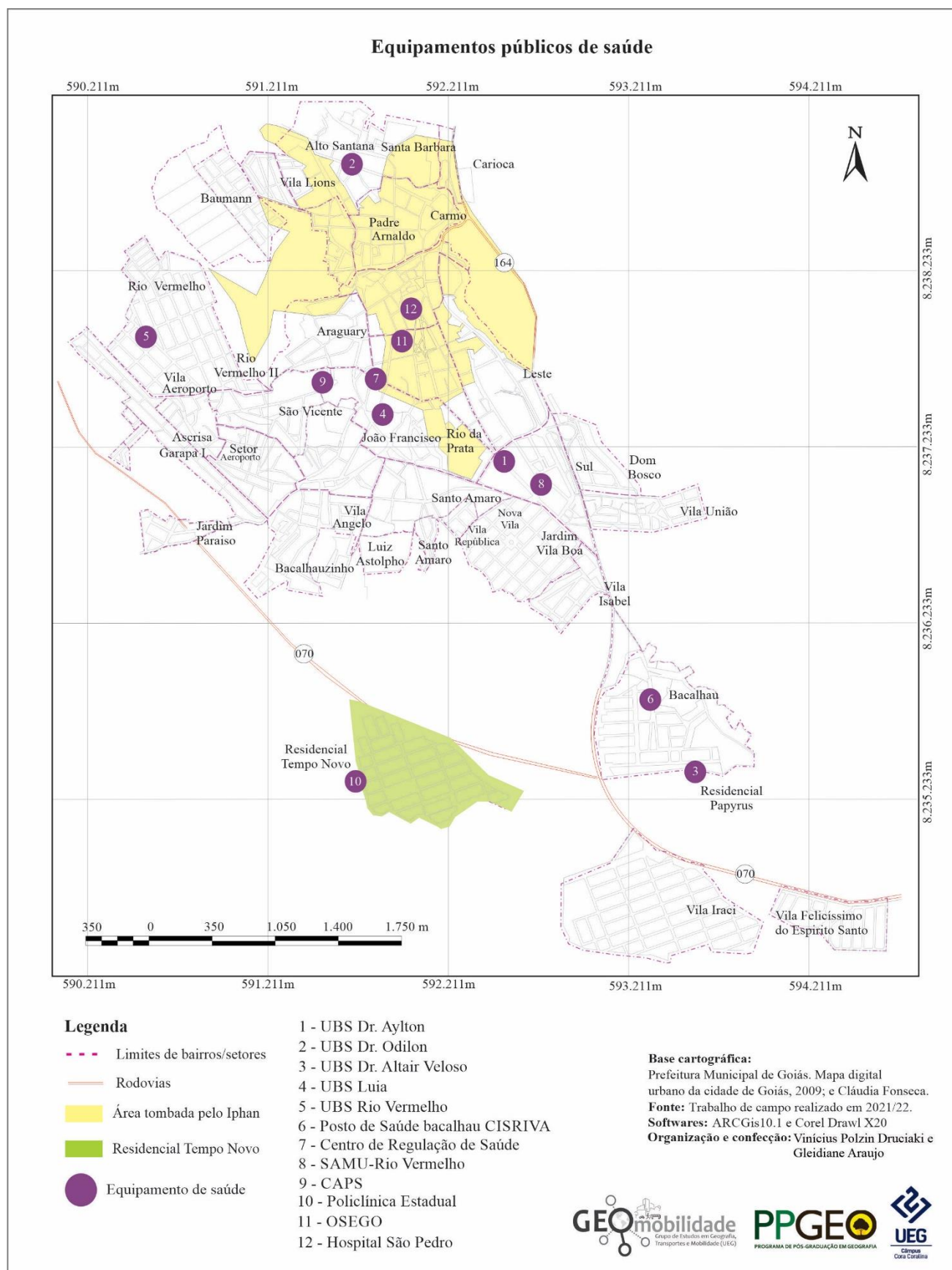
<b>Saúde - serviços de pronto atendimento</b>		
<b>Unidades de atendimento direto ao público</b>	<b>Esfera</b>	<b>Localização</b>
UBS Dr. Aylton	Municipal	Setor Areião
UBS Dr. Odilon	Municipal	Setor Santa Bárbara
UBS Dr. Altair Veloso	Municipal	Setor Papyrus
UBS Maria de Jesus Morais de Moura (Luia)	Municipal	Setor João Francisco
UBS Rio Vermelho	Municipal	Setor Aeroporto
Posto de Saúde Bacalhau CISRIVA	Municipal	Setor Bacalhau
Centro de Regulação da Saúde	Municipal	Centro Histórico

<sup>11</sup> Esse método foi sugerido para a pesquisa pelo Professor Carles Carreras Verdaguer, da Universidade de Barcelona (Espanha), durante as aulas *on-line* da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Campus de Presidente Prudente, na disciplina, Fragmentação Socioespacial e Urbanização Contemporânea. A sugestão foi de grande valia, pois aqui os números evidenciaram o sentimento de exclusão que se percebe na população do Tempo Novo. Para além disso, um debate amplo sobre segregação socioespacial mostra que é preciso utilizar perspectivas teóricas e instrumentais analíticas que facilitem o entendimento da complexidade da produção e reprodução do espaço urbano, em contextos diferentes.

SAMU Regional Rio Vermelho	Municipal	Setor Areião
CAPS- Centro de Atenção Psicossocial	Municipal	Setor São Vicente
Policlínica Estadual da Região do Rio Vermelho	Estadual	Residencial Tempo Novo
OSEGO-Organização de Saúde de Goiás	Estadual	Centro Histórico
Hospital de Caridade São Pedro	Filantrópico com parceria Estadual e Municipal	Centro Histórico

Do mesmo modo, espacializamos os equipamentos conforme detalham o quadro a fim de evidenciar a ausência até mesmo de um equipamento básico de atendimento à saúde. Ao observarmos no Mapa que segue, nota-se a localização de um equipamento no setor Tempo Novo, que é a Policlínica Regional de Saúde. Todavia este equipamento trata apenas de exames pré-agendados e encaminhados por regulação, cujo público alvo é a região.

Figura 21. Mapa dos Equipamentos públicos de saúde

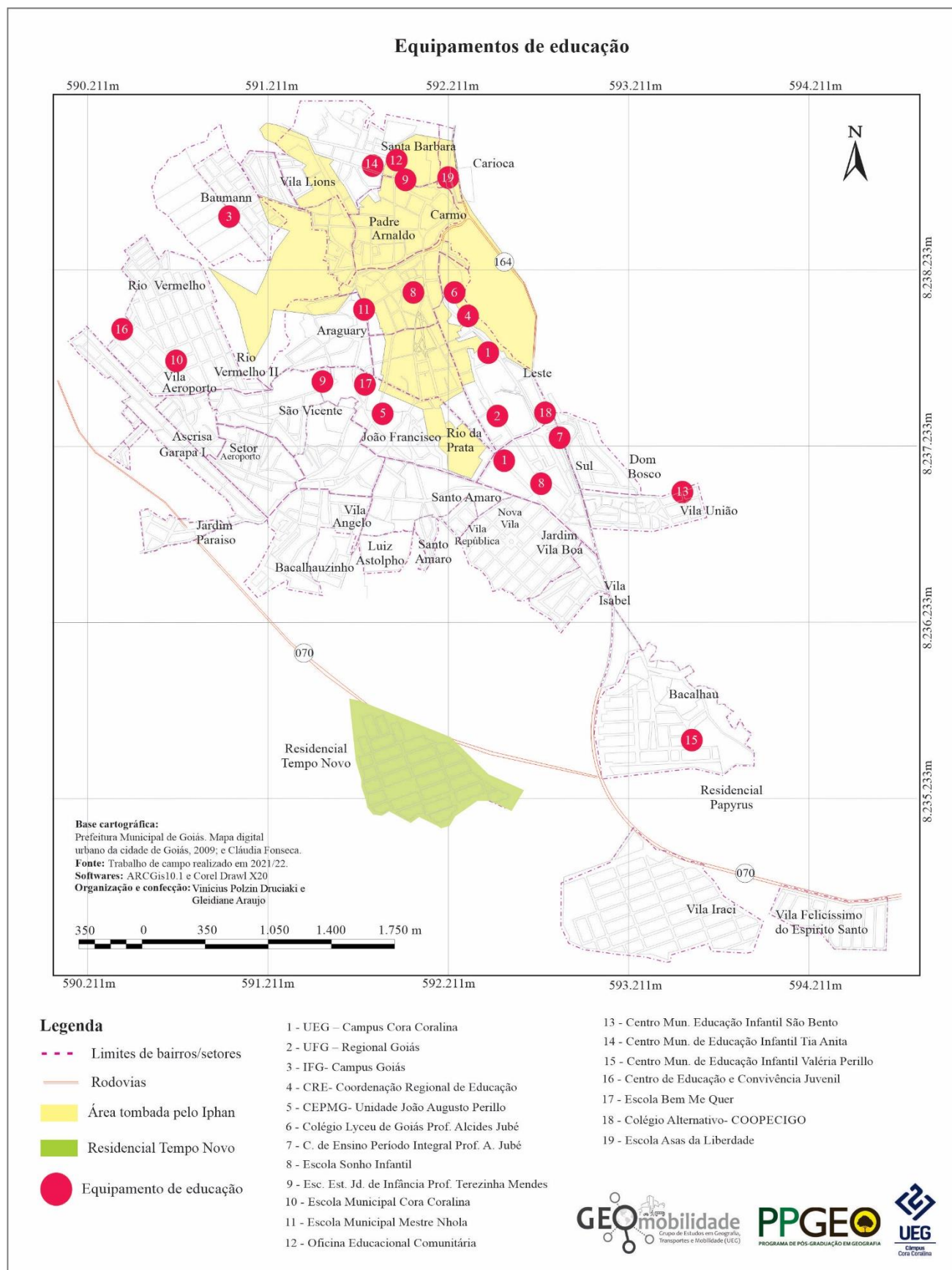


Já no que se refere a educação, considerando todos os níveis de ensino e esferas de gestão, temos a seguinte configuração conforme mostram o Quadro 6 e a Figura 22.

Quadro 6. Compilação dos equipamentos públicos/privados de serviços na cidade de Goiás

<b>EDUCAÇÃO</b>			
<b>Unidades de atendimento direto ao público</b>	<b>Esfera</b>	<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Localização/Setor</b>
CEPMG- Unidade João Augusto Perillo	Estadual	Fundamental II e Ensino Médio	Setor João Francisco
Colégio Lyceu de Goiás Professor Alcides Jubé	Estadual	Fundamental II e Ensino Médio	Centro Histórico
Centro de Ensino em Período Integral Professor Alcides Jubé	Estadual	Ensino Médio	Setor Areião
IFG- Instituto Federal de Goiás	Federal	Ensino Médio	Loteamento Baumann
Escola Sonho Infantil	Municipal	Fundamental I	Centro Histórico
Escola Estadual Jardim de Infância Prof. Terezinha Viggiano Mendes	Municipal	Educação Infantil	Setor Santa Bárbara
Escola Municipal Cora Coralina	Municipal	Fundamental I	Setor Aeroporto
Escola Municipal Mestre Nhola	Municipal	Fundamental I	Centro
Oficina Educacional Comunitária Elídia Maria Santillo	Municipal	Fundamental I	Setor Santa Bárbara
Centro Municipal de Educação Infantil São Bento	Municipal	Pré-Escola	Vila União
Centro Municipal de Educação Infantil Tia Anita	Municipal	Pré-Escola	Setor Santa Bárbara
Centro Municipal de Educação Infantil Valéria Perillo	Municipal	Pré-Escola	Setor Papyrus
Centro de Educação e Convivência Juvenil	Municipal	Educação para a Cidadania	Setor Aeroporto
Escola Bem Me Quer	Particular	Fundamental I e II	Setor João Francisco
Colégio Alternativo- COOPECIGO	Particular	Fundamental II e Ensino Médio	Setor Areião
Escola Asas da Liberdade	Particular	Pré-Escola	Setor Santa Bárbara

Figura 22: Mapa da distribuição dos equipamentos de educação



Conforme a compilação feita nos quadros supracitados, não há no Residencial Tempo Novo instituições de ensino básico nem creche, pode-se perceber que os mais próximos dali estão no Setor Bacalhau, para chegar até lá é preciso passar pela GO-070 e atravessar a GO-164.

Em relação ao sistema de saúde pública, mais especificamente aqueles de menor complexidade ou de atendimento básico, a situação não se diferencia, mas é preciso destacar a recente inauguração da Policlínica Regional do Rio Vermelho, autarquia do Governo Estadual de Goiás, uma unidade para consultas médicas e alguns tipos de exames clínicos. Sua estrutura é volumosa e conta com diversos profissionais segundo propaganda do governo em jornais eletrônicos locais, para sua implantação foram investidos mais de vinte milhões de reais, possui 20 especialidades médicas. Além disso, conta com equipe multiprofissional onde a população pode realizar 23 tipos de exames.

A priori isso pode ser entendido como um benefício gigante, a não ser por algumas considerações, para atendimento na Policlínica, o paciente morador no Tempo Novo, precisa seguir um passo a passo: 1º vai a um Posto de Saúde e consulta com médico clínico geral, que dará encaminhamento para a especialidade médica correta, em posse do encaminhamento esse morador/paciente vai a Central de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, cumprindo uma formalidade de “regular” seu encaminhamento para a Policlínica e então ter sua data e horário da consulta especialista ali marcadas, só então ele poderá partir para etapa final que é a Consulta médica especializada. Essa triangulação é no mínimo absurda quando se considera que um morador doente vai passar por duas rodovias movimentadas a caminho da UBS mais próxima, em seguida se encaminhará até o Centro Histórico, onde se localiza a central de regulação para então retornar a policlínica, instalada em seu setor de moradia.

Isso significa que o único aparelho público da assistência disponível no setor é de atendimento a Regional do Rio Vermelho, composto por outras cidades, não é de base local.

A análise da segregação socioespacial aqui, permite muitas abordagens teóricas, mas também um olhar apurado da pesquisa para uma situação que se apresenta como ganho, mas, de utilidade questionável. Resta ainda supor que essa triangulação rumo a consulta médica não será prolongada, caso toda a burocracia seja resolvida na primeira tentativa, em situação contrária ela se estenderá em muitas idas e vindas aos órgãos envolvidos, assim podemos especular, some-se a isso o fato do mundo estar a dois anos passando por uma pandemia sem precedentes.

A segregação ocasiona inúmeros problemas, pois as camadas da população mais pobres com inferioridade de recursos são exatamente as que gastam mais no dia a dia com o transporte, e por sinal

que apresentam mais problemas de saúde, devido à ausência de infraestrutura básica como rede de esgoto. Então, a própria segregação não é apenas o reflexo de uma condição social, mas um fator que contribui para tornar as diferenças ainda mais profundas.

Quando não há equidade na distribuição de serviços básicos de atendimento à população em geral de Goiás/GO, podemos inferir a existência de um homem urbano, que está separado espacialmente e socialmente, determinada por níveis de renda e os seus agrupamentos relativos via espacialidade residencial por exemplo, assim explica Rodrigues (2018).

Pode-se perceber, então, que na medida em que se ampliam os espaços humanizados (na forma de concentrações demográficas urbanas e na mobilização dos espaços ocupados) existem também contradições de apropriação desses espaços. Para tanto, como resultante desse processo, a segregação, em suas diferentes dimensões, foi analisada como um fenômeno típico da dimensão que o urbano alcançou na cidade de Goiás.

Nos trabalhos de campo realizados ao setor Residencial Tempo Novo, situações atípicas puderam ser observadas, corroborando com o parágrafo acima, por exemplo o encontro com funcionário da empresa de abastecimento hídrico (SANEAGO), que quando questionado relatou que tinha setenta ordens de serviço para interrupção do fornecimento de água somente naquele dia no setor Tempo Novo.

Curioso observar o surgimento de pequenos comércios improvisados em casa de venda de café da manhã e outras refeições para atender um certo volume de profissionais e pacientes da policlínica, uma demonstração de incremento econômico na renda familiar desses moradores, também em razão da policlínica certamente haverá valorização nas ruas e quadras mais próximas a ela. Sugestionando até mesmo a pavimentação das ruas que permanecem de chão batido até o momento.

Figura 23. Visão lateral e frontal da Policlínica da Região do Rio Vermelho no setor



Fonte: Trabalho de Campo - Grupo de Estudos Geomobilidade. (Jun. 2022)

Em termos de mobilidade, o que se observa é um completo descaso, visto que o único ponto de ônibus do setor foi construído pelos estudantes de Arquitetura da Universidade Federal de Goiás - Campus Goiás num projeto inédito na cidade.

Figura 24. Ponto de ônibus construído pelos alunos do curso de Arquitetura da UFG.



Fonte: Trabalho de Campo - Grupo de Estudos Geomobildade. (Jun.2022)

Chamou atenção em todas as etapas o desnível das casas em relação as ruas, encarecendo as obras de fechamento do lote e colocação de portões, até mesmo de ampliação dos imóveis, intriga o fato de tantos moradores ainda não terem feito essas obras complementares típicas de conjuntos habitacionais, isso só evidencia duas coisas: o baixo poder financeiro da população local e o custo elevado de obras necessárias em terrenos de considerável inclinação.

Figura 25. 3ª etapa do Residencial tempo Novo com várias casas ainda sem muros.



Fonte: Trabalho de Campo - Grupo de Estudos Geomobilidade. (Jun.2022)

### 3.3 Um novo tempo para o Tempo Novo? A “Vila Boa” é boa para quem?

A procura de evidências empíricas acerca dos processos de segregação socioespacial na cidade de Goiás, essa seção pretende buscar formas de revelar o processo de segregação socioespacial, ao que tudo indica, em curso na cidade de Goiás. Para isso foi necessária uma coleta de informações que puderam evidenciar as especificidades que lhe são inerentes, construir mesmo que minimamente uma análise quanto ao tipo de segregação mais atuante, quanto às políticas públicas e/ou privadas implantadas entre outros aspectos que dão caráter individual à Goiás e que conferem forma ao seu espaço urbano.

Em razão da pandemia de COVID-19, a ideia inicial para investigação das evidências de segregação sofrera grandes mudanças, fica aqui registrado, as entrevistas com moradores de diferentes setores de Goiás, a procura de indícios de segregação subjetiva precisou ser abandonada, seu intuito era entender como as pessoas se sentem em relação aos espaços da cidade e como percebem os diferentes espaços, uma alteração interessante, mas inviável do ponto de vista sanitário.

Os estudos urbanos que tentam compreender os efeitos dos processos neoliberais de construção de governança urbana, de segregação e apropriação privada de renda fundiária, raramente têm disponíveis dados que permitam quantificar tais processos.

Neste sentido, processos de segregação socioespacial em uma cidade pequena que apresenta muitas peculiaridades histórico-culturais-espaciais.

Emprega-se análise temporal para evidenciar a dinâmica do processo de ocupação da cidade de Goiás, observando que sua fundação data de quase trezentos anos.

As análises desses dados podem revelar alterações no ambiente físico, especialmente quais são os vetores de expansão construtiva em Goiás, alterações no padrão construtivo residencial em contraposição a dinâmica demográfica da cidade registrada pelos órgãos responsáveis.

Possivelmente a neoliberalização dos espaços urbanos de Goiás, isto é, a adoção de estratégias que representam um aprofundamento da mercantilização e da flexibilização da gestão e construção da cidade de Goiás, materializa-se via projetos de loteamentos distantes da centralidade da cidade, criando vazios demográficos, expandindo o perímetro urbano do município, ampliando a necessidade de aparato estrutural fornecido pela prefeitura, evidenciando uma mudança nos grupos sociais que ocupam determinadas regiões intraurbanas, criando problemas de mobilidade e acessibilidade a espaços de lazer, serviços, comércio, educação, segurança etc.

Observados esses indicadores o processo, poderá ser entendido como um estágio avançado da mercantilização da cidade no sentido do Polanyi (1944)<sup>12</sup>, isto é, sociedades onde tudo se constitui em mercados (o trabalho, a moeda, a terra) e onde o mercado “auto regulador” prevalece e traz um acirramento dos processos de segregação socioespacial. Os estudos urbanos que tentam compreender os efeitos dos processos neoliberais de renovação e de governança urbana sobre a segregação socioespacial, não obstante, raramente têm acesso a dados que permitam quantificar e evidenciar empiricamente tais processos.

A cidade de Goiás está sendo submetida a grande transformação urbana, que se acentuaram a partir de 2001, com o tombamento do patrimônio histórico-cultural pela ONU e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, tem recebido volumosos recursos financiadores

---

<sup>12</sup> POLANYI, Karl Paul. “A Grande Transformação” de 1944 é a obra mais importante desse historiador econômico e filósofo austríaco, referência na economia tradicional.

de obras de restauração e infraestrutura da cidade, somadas a implantação de investimentos públicos e privados para expansão do comércio local e turístico. Tais projetos, ao modernizarem a infraestrutura disponível, têm também consequências sobre a valorização do solo.

Um fato intrigante é de que desde a década de 1980 Goiás tem perdido habitantes, mas em compensação teve nove novos setores aprovados por diferentes administrações municipais, indicando talvez uma política habitacional em curso.

A habitação é algo primordial, uma necessidade elementar de todo cidadão, uma vez que é em casa onde acontecem as principais atividades do dia, como a integração da família, o descanso do corpo, etc. O lar é o local de repouso, estudo, diversão, aprendizado, dentre outras vivências que são cruciais para que haja uma maior qualidade de vida dos indivíduos. A casa é refúgio, a base e por isso, o acesso a uma moradia digna propicia aos sujeitos condições necessárias para usufruírem outros direitos. É necessário reconhecer a importância que o morar tem na vida das pessoas.

No sentido legal, o Brasil dá garantias legais, como na Constituição da República que destina um de seus capítulos (Cap. II) para especificar sobre a política urbana no país, o qual assegura que:

[...] privilegia a função social da cidade e da propriedade, determinando que a política de desenvolvimento tenha por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes (Art. 182), corroborando o que já consta elencado no rol dos direitos fundamentais do Art. 5º, inciso XXIII, que é a função social da propriedade. O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que se destina a regulamentar os artigos 182 e 183 da Carta Magna, também subordina a propriedade ao cumprimento de sua função social, e cita expressamente o direito à moradia em seu Art. 2º (NASCIMENTO, 2013a, p. 06).

Carlos (2004) salienta que “o habitar não se restringe ao morar, mas diz respeito ao viver na cidade, pois o cidadão tem o direito à casa, à rua, ao bairro e aos demais lugares da cidade”. Enquanto Oliveira Filho (2014, p. 26) afirma que “a moradia (é) um conceito mais amplo, ligada à conquista de questões para além da habitação enquanto espaço físico, mas (também) a educação, saúde, emprego, renda, etc.” No Residencial Tempo Novo observamos uma flagrante ausência dessas oportunidades.

Em síntese, percebemos que embora a cidade de Goiás consiga garantir, em partes, água encanada e energia elétrica à população no que se refere ao saneamento básico, principalmente oferta de esgoto e coleta de lixo, o município deixa a desejar. Pois a presença de esgoto, mato alto e lixo nas ruas, concentrados, colocam os habitantes do setor em risco diante de inúmeras possíveis doenças.

A violação do direito à moradia, para quem mora no Residencial Tempo Novo, é percebida não apenas no que se refere à oferta de determinados serviços necessários à população, mas também no que diz respeito ao uso e à ocupação do solo urbano que se dá de forma diferenciada. Pois, como alerta Lima (2010, p. 144) que “na ausência de política urbana ampla e consistente, reproduz-se a dinâmica de apropriação/exclusão do espaço urbano”, e que dessa exclusão/segregação do espaço urbano vem imbricada com outros problemas, tais como a “doenças, baixo nível de escolaridade, o desemprego”, etc. (CORRÊA, 2000, p. 29). Compreender o direito ao local de moradia digna é entendê-lo como amplo e repleto de significados.

Concordamos com Henri Lefebvre (1991) e Friedrich Engels (2015) ao entenderem que só será possível a plena garantia do direito à moradia quando houver uma democratização da cidade. Em outras palavras, uma democratização dos diversos espaços e possibilidades que a compõem, pois como afirma Lefebvre (1991), o direito à cidade se refere à sua concepção como obra, buscando uma sociedade urbana, lugar em que todos possam usufruir de forma igual, essa que, para o autor, é a mais perfeita obra humana.

A cidade defendida por Lefebvre é muito diferente do tipo de cidade que temos hoje na “Velha Goiás”. Nela, a “cidade real” (MARICATO, 2018), a maioria da população não consegue vivê-la de forma plena, a segregação socioespacial demonstra claramente essa realidade. Castells (1983) afirma que segregação socioespacial, no sentido geral, é uma separação social do espaço, levando em conta questões econômicas e produtivas, de forma que a centralidade é exercida pelos que detêm poder, enquanto os demais não conseguem exercer de forma plena sua espacialidade.

A segregação se apresenta de diferentes formas, conforme a realidade do espaço estudado. Negri (2008) vem pontar que no Brasil:

A maioria das pesquisas demonstra que o principal tipo de segregação encontrada é socioeconômica, por meio da qual as classes sociais distribuem-se de forma desigual no espaço urbano das grandes e médias cidades. Desta forma, surge uma estrutura urbana dualizada entre ricos e pobres, uma organização espacial corporativa e fragmentada, onde as elites podem controlar a produção e o consumo da cidade, através de instrumentos como o Estado e o mercado imobiliário, excluindo e abandonando a população de baixa renda à própria sorte (NEGRI, 2008, p. 129).

Não esquecendo que a segregação socioeconômica está estritamente ligada também à segregação espacial, uma vez que, como aponta Carlos (2007), a segregação espacial é produto da segregação social. Negri (2008, p. 151) afirma que a estrutura urbana “revela e reproduz as desigualdades, no que concerne à distribuição do poder social na sociedade, entendido aqui como a capacidade diferenciada que cada grupo da sociedade possui em se localizar em determinados espaços”. Na cidade de Goiás, notamos a desigualdade socioespacial, basta sair um pouco do perímetro do centro Histórico e Cultural da “Cidade Patrimônio” e caminhar pelas ruas e setores periféricos da cidade, dando enfoque às habitações.

A dificuldade em morar na cidade de Goiás só existe para aqueles que não conseguem pagar por essa mercadoria, entretanto pra quem possui recursos limitados a crise habitacional não é nova, o que de alguma maneira justifica o uso do termo “Romantização da moradia em Vila Boa”.

Durante o trabalho de campo e as inúmeras observações realizadas, foi possível identificar uma grande contradição existente referente à questão da moradia na Cidade de Goiás, pois o mesmo Estado, que em sua Constituição, traz o reconhecimento da moradia como direito fundamental, é o mesmo que segrega a população de baixa renda.

Isso acontece, porque tais políticas não visam atingir o cerne da questão. As verdadeiras causas (e soluções) a respeito da crise da moradia em uma sociedade capitalista, tais políticas de habitações se tornam apenas medidas paliativas que não surtem grandes resultados. Pois, nesse sistema não há uma solução para a questão da moradia, ocorre apenas uma transferência dessa questão para outras localidades, longe demais dos olhos da classe dominante.

O Estado deve assegurar os direitos contidos na Constituição Federal, conforme texto promulgado em 1988, porém, na prática, essa garantia depende da correlação de forças presentes em cada momento histórico. A tendência do Estado brasileiro tem sido a de atuar em prol da manutenção e da reprodução do modo de produção capitalista e de seus agentes, acentuando a exclusão e reproduzindo a segregação socioespacial.

A moradia, doada pelo Estado por meio de políticas públicas de interesse social, não contempla o morar em sua plenitude, já que normalmente não se adequa às exigências necessárias. A casa se molda unicamente aos padrões mínimos de habitabilidade, contribuindo para o caráter segregador da cidade. Os lugares de pobreza são normalmente de fácil identificação na paisagem urbana, o que não é diferente na cidade de Goiás.

São lugares criados e recriados sem planejamento adequado, nos terrenos mais baratos, com casas pequenas, afastadas do centro da cidade, em área socialmente periféricas, às margens de uma rodovia de trânsito intenso. Ao mesmo tempo que a BR 070 é integradora rumo a parte oeste do Estado de Goiás e se constitui como importante via de escoamento, é para os moradores do Residencial Tempo Novo raia divisória, deixa a população ainda mais segregada, não é um muro mas cumpre bem o papel isolador, pois sua estrutura de escala regional, sem dispositivos de mobilidade intraurbana não permitem que o Residencial Tempo Novo esteja integrado ao restante da cidade, nem tão pouco seus moradores.

Segundo a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, a política habitacional implantada se deu por meio de convênios com órgãos estaduais e federais, sob alegação que o município não possui recursos financeiros para desenvolver seus próprios programas. Ficando o município, no entanto, responsável em promover contrapartidas para atração de programas habitacionais dos outros entes federativos, a exemplo, oferecendo terrenos e infraestrutura básica para a implantação desses.

Ou seja, a Prefeitura é a instituição que media a relação entre as políticas habitacionais, a nível federal e estadual, buscando garantir sua efetivação no município. Em outras palavras, é o ente responsável por promover um diálogo com instâncias superiores a fim de atrair tais políticas, bem como tem a função de materializá-las na cidade, atendendo os anseios e direitos da população. Portanto, na cidade de Goiás, como em outras cidades do Estado e do Brasil, a Prefeitura é a instituição que representa o Estado em seus níveis local, estadual e federal, tornando-se pertinente o entendimento de sua forma de atuação na cidade.

Imperativo lembrar que a atuação do Estado não é neutra. Por meio das políticas públicas, ele promove uma distribuição espacial desigual, ao privilegiar determinados setores e segmentos frente a outros, dependendo dos interesses defendidos. Ao analisar o processo dos papéis urbanos das cidades pequenas, a partir das perspectivas da produção da moradia e reprodução social, Bernadelli (2004) afirma que o contexto deve ser entendido enquanto o modo como a (re)produção do espaço se realiza atualmente, ou seja, discutir a política de moradia da cidade de Goiás é discutir a forma como a cidade está sendo produzida e a que/quem ela beneficia. Afinal, a Vila é Boa para quem?

A respeito da cidade de Goiás, destacamos o caráter político-eleitoreiro que as políticas habitacionais implantadas na cidade possuem, sendo essas políticas usadas, diversas vezes, como maneira de promover determinado político e/ou grupo, com uma narrativa de “Tempo Novo” velhas

práticas continuam sua atuação. Bernadelli (2004, p. 169) aponta que em particular, nas cidades pequenas, “a moradia também serve aos interesses políticos locais, na medida em que em determinada administração, deixa impressa no espaço uma “marca” concreta da administração”. O Conjunto Habitacional causou uma mudança perceptível na paisagem urbana, e cravou, pelo menos na memória dos residentes, o nome dos gestores da obra à época.

O objetivo aqui é demonstrar a maneira que as políticas habitacionais foram pensadas e implantadas na cidade de Goiás e suas consequências socioespaciais, inclusive, tendo influência nas relações políticas da cidade, pois tende a aumentar o prestígio social e político dos gestores envolvidos.

Diante do que foi discutido até o momento, entendemos o caráter político e mercadológico que a implantação dos programas habitacionais em cidades pequenas carrega e destacamos que ao fazermos tal afirmação não estamos ignorando as famílias que foram beneficiadas e tiveram melhorias na sua condição de vida. No entanto, é pertinente que também questionemos se tais políticas estão garantindo os direitos de forma ampla, ou se estão apenas sendo medidas paliativas mascaradas de promoção de bem-estar social, ou seja, usadas como ferramentas para ascensão de determinados forças políticas e manutenção de poder.

Moreira Júnior (2010) aponta que raramente é garantido o direito à moradia nas cidades pequenas, pois, não há, de fato, uma preocupação em solucionar o problema, o que tem se visto, na maioria das vezes, é a aplicação de algumas medidas imediatistas que são resultado de pressões populares, onde a partir destas há as doações de habitações por parte das Prefeituras.

Municipais, mas que não significa necessariamente que por meio delas há a garantia do direito à moradia e nem o direito à cidade. No Residencial Tempo Novo, por exemplo, notamos a fragilidade no cumprimento das especificações mínimas de infraestrutura urbana para a implantação de um conjunto habitacional, por exemplo, que o setor possua ruas com calçamento, calçadas de pedestres e condições seguras para tráfego de veículos e mobilidade das pessoas, porém o Residencial Tempo Novo, ainda hoje, apresenta problemas como falta de esgoto, ausência de pavimentação etc.

O fato dos moradores do Residencial Tempo Novo precisarem ir a outros bairros da cidade em busca de serviços e equipamentos básicos necessários como, por exemplo, posto de saúde, escola, creche, praças, já comprova a desintegração espacial mencionada. Essa realidade torna distante a efetivação do almejado direito à cidade, isso porque, se por um lado não podemos negar a importância que os moradores do Residencial Tempo Novo dão às suas casas, fato demonstrado nas conversas com moradores do setor, por outro lado foi possível refletir sobre a forma de implantação do residencial, se

supre as necessidades e, principalmente, se consegue efetivar a garantia do tipo de cidade que essas pessoas almejam.

Não reconhecer a importância desse setor e de suas residências para aqueles moradores, beira a negligência, mas ao mesmo tempo a análise proporcionada pela pesquisa nos faz perceber que a parcela do espaço urbano ali produzida não consegue ainda garantir o direito à cidade e mais estritamente o direito à moradia da população mais empobrecida.

Não apenas a cidade de Goiás, mas todas as cidades construídas sobre a égide do sistema capitalista possuem em seu ímpeto a segregação e a marginalização socioespacial, sentida, principalmente pela população menos abastada: pobres, negros, mulheres, idosos, ex-morador rural, desempregados, enfim, a classe trabalhadora expropriada, a que sente os efeitos mais nocivos de um processo de urbanização precário e desigual.

Em pleno século XXI, e passados quase três séculos da fundação do Arraial de Sant'Ana, antes expectativa de sonho e riquezas minerais, na cidade de Goiás ainda se batalha por uma das necessidades mais elementares do ser humano: morar com dignidade. E com a sensação de que pouco foi aprendido no decorrer desse tempo, beirando a chegar à equivocada conclusão que talvez não exista solução para o problema, nos deparamos com o Residencial Tempo Novo, cuja o surgimento significou um tempo de mudança, um tempo novo, mas se mostrou na realidade uma evidência concreta da segregação socioespacial em curso na cidade de Goiás.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segregação socioespacial foi analisada nesse trabalho para compreensão de sua dinâmica, levando em consideração sua conceituação na Geografia e ciências afins, pois o tema se constitui com objeto de interesse de vários campos das ciências sociais como a Sociologia, nesse caso a Sociologia urbana da Escola de Chicago, passando pela Arquitetura e Urbanismo e fazendo o encontro dessas duas anteriores com a Geografia, nossa principal referência norteadora.

Por sua vez, a geografia urbana acompanhou essas ciências com maior tradição no estudo da segregação e foi indispensável o caminho de conceituação desse fenômeno calcado nessa fundamentação teórica, pois foi assim possível entender que mesmo na Sociologia ou na Arquitetura e Urbanismo a espacialidade constitui o foco principal da visão geográfica. Vasconcelos, Corrêa, Pintaudi (2016, p. 9) argumentam que nessa visão “privilegia-se que o entendimento de que o espaço não é um palco no qual a sociedade vive, mas é resultante dessa sociedade e condição de sua existência, portanto capaz de influenciar decisivamente as diferenças” no modo de existência e reproduzindo as diferenças.

Este exercício reflexivo de revisão teórico/conceitual de estudiosos que se ocuparam e tem se ocupado com esta temática, revelou a complexidade do processo e a dificuldade de se estabelecer um conceito único, elaborado por apenas um autor. Colocou a necessidade de se pensar em um maior rigor teórico e conceitual quanto a sua aplicação às realidades urbanas, desde uma escala global a uma escala local.

Aventada a hipótese da existência de segregação socioespacial intraurbana, o estudo identificou os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano, mostrando que as desigualdades socioespaciais derivam não apenas das diferenças socioeconômicas, mas também do lugar que as pessoas habitam.

A formação de espaços segregados é um sintoma da desigualdade social e chama atenção o fato de que, apesar da aparente proposta de solução do déficit habitacional, está um conjunto de ações agressivas das forças de poder que produzem o espaço urbano, criando uma dinâmica socioespacial segregacionista.

Apesar do indiscutível peso da segregação socioespacial na cidade de Goiás, há uma resistência, no fundo, à compreensão da realidade urbana aqui como processo segregador por parte dos agentes

produtores do espaço e como visão comum, visto que no imaginário coletivo a ideia de viver na “Vila Boa” não comporta uma cidade que passa por processos de afastamento, separação ou segregação.

Entende-se que a mudança de rumo não é fácil e nem rápida, mas é necessário que estudos como esse simplifiquem o entendimento da dinâmica urbana local e possam ser instrumento de informação e formação da população local constringendo setores e atores que insistam em usar a cidade como saída para seus ganhos individuais prejudicando e onerando o desenvolvimento do município.

No entanto, para os moradores do Residencial Tempo Novo, a constituição do processo de segregação socioespacial na escala intraurbana conforme análises feitas no capítulo três revelam o estabelecimento desse processo de forma imposta sob o argumento de uma nova moradia própria, um “Tempo Novo”.

Ao contrário do que possa, parecer encontramos na constituição do processo de segregação socioespacial semelhanças entre cidades pequenas e metrópoles, os elementos que apreendemos neste trabalho nos permitiram afirmar que processos de separação dos segmentos sociais, fragmentação territorial e social do trabalho e desenvolvimento social são decorrentes do processo de urbanização da sociedade (LEFÈBVRE, 1999) e não da metropolização dos espaços, as cidades pequenas são pensadas a partir de um ideário de vida tranquila, uma romantização do viver com boas condições de vida e comodidade, como cidades idealizadas. Gil (2007) e Endlich (2006, p. 324) ao estudarem o tema apresentam esta indagação:

Há um consenso entre grande parte das pessoas em atribuir às metrópoles e aos grandes centros o saldo negativo em relação à qualidade de vida, reservando-se ao interior, em especial às pequenas cidades, o ideário de uma vida tranquila e aconchegante. (Gil, 2007, p. 71);

As pequenas cidades idealizadas, inspiradas de empreendimentos imobiliários, poucas relações têm com as pequenas cidades concretas. (Endlich, 2006, p. 324).

Nas cidades reais, como Goiás, pode-se encontrar tranquilidade, mas também grande dependência interurbana devido à incipiência das funções urbanas, o que interfere nas condições de vida da população, além de precariedade dos serviços e equipamentos urbanos e processos segregativos que revelam as desigualdades socioespaciais, presentes hoje em cidades de diferentes tamanhos.

Por mais que os conflitos sociais permaneçam contidos na pequena Goiás, em razão das peculiaridades com que nela se desenrolem as relações sociais, a paisagem não consegue esconder tais conflitos, materializados no espaço construído do Residencial Tempo Novo.

A desigualdade socioespacial presente em Goiás/GO deve ser tratada pelo poder público municipal com vistas a melhorar as condições de vida dos moradores do Residencial Tempo Novo e diminuir a estigmatização deste.

Nesse sentido, a inclusão desse local no plano diretor, como áreas de interesse social, seria um primeiro passo, mas é necessário que realmente se efetivem ações e propostas. As iniciativas do poder público devem contemplar a geração de emprego e renda, a oferta de educação e saúde de qualidade, mas também políticas públicas de melhoria das residências e das infraestruturas urbanas, sem onerar os moradores ou provocar sua expulsão para outros locais.

Para os residentes no conjunto habitacional Tempo Novo, melhorias nos serviços e equipamentos urbanos são essenciais para qualificar as condições de vida daquela população e devem ser vistas como prioridade.

Se por um lado tem-se políticas urbanas que acabam por consolidar padrões segregativos e excludentes, como a construção de um conjunto habitacional totalmente fragmentado do corpo da cidade, por outro lado também se tem práticas que podem possibilitar a inclusão social e espacial dos indivíduos ao espaço remanescente da cidade. Como a construção de uma rede de atendimento local ao morador, com unidades básicas de saúde, creches, escolas, pavimentação e arborização de ruas, pontos de transporte coletivo, ciclovias, áreas de lazer, agenda cultural específica etc.

A produção e a gestão urbana sob a lógica do capital que é o lucro têm conformado Goiás/GO em uma cidade cada vez mais desigual. Cabe a todos os profissionais e estudiosos que atuam com políticas urbanas revelar estas desigualdades, estudar e apontar diretrizes visando uma sociedade e cidade mais inclusiva e democrática, onde todos possam usufruir de uma “vida boa”.

Percebemos que a realidade do Residencial Tempo Novo apresenta sua própria identidade e contradição que o individualiza, assim como as impressões digitais fazem de cada pessoa única e inconfundível. Ao observar rapidamente uma digital, ou uma realidade urbana, podemos confundi-las e estabelecer comparações precipitadas, mas ao nos aprofundarmos nas diferenças existentes, conseguimos perceber suas próprias características.

Em seus espaços, esse pequeno conjunto habitacional contempla particularidades que lhe são peculiares, reforçando a análise de que os processos e dinâmicas que nele ocorre são frutos da contradição e não da homogeneização do processo de formação socioespacial da cidade oriundos das dinâmicas de urbanização dos espaços, ainda que sejam por elas influenciados.

Dizer que os moradores do residencial são inevitavelmente excluídos é um caminho perigoso, as palavras não decidem nada. Isso é feito pela produção do espaço, tem caráter político e envolve diversos atores sociais da esfera pública e privada, certo é que a ausência de oportunidade é latente no local. É preciso nesse sentido manter um debate profícuo aberto, uma vez que as reflexões aqui apresentadas são insuficientes para encerrá-lo, logicamente uma pesquisa busca respostas, todavia, nesse caso suscitou igualmente muitas perguntas a respeito da produção do espaço urbano da cidade de Goiás.

Uma vez iniciada a jornada investigativa sobre as forças que movem a construção da cidade, elementos antes impensados, quando olhados separadamente, passam a fazer sentido na conjuntura total do urbano presente aqui e na busca por sua compreensão. A saber: segregação espacial *versus* segregação cultural; importância da cidade de Goiás na escala local da rede urbana; possível gentrificação no Setor Aeroporto; a centralidade do setor terciário no Bairro João Francisco; auto percepção de moradores sobre segregação; acessibilidade da agenda cultural de uma cidade histórica; segregação *versus* espaços públicos. Questões que se apresentam como desafios porque remetem não só a diversidade do urbano, mas também a agressividade de seu processo constitutivo. Porém, recuar diante de provocações desse tipo é um prenúncio de que estamos perto da verdade por trás da alienação, é preciso continuar.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Aparecido Ribeiro de. SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **Metodologias de Pesquisa em Geografia**. IN: Sistema Universidade Aberta do Brasil. Comitê Editorial do NEAD/UAB. Gráfica UNICENTRO. Paraná. 2014.

ARAÚJO, Gleidiane Rodrigues Rocha. **Segregação Sócio-Espacial na Cidade de Goiás: Um estudo de caso da “Vila Goiacy”**. UEG - Goiás-GO, 2002.

BERNADELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva - SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004, 347 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente:[s.n.], 2004.

BERTRAN, Paulo. **Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. Youtube, 06 dez. 2000. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tjNLiYKpC4k>. Acesso em 28 nov. 2021. BRASIL. Constituição (1988).

**Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 91/2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 08 de setembro de 2022. CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 1ª Edição [*Le Cité Invisibili*, 1972.] Tradução: Diogo Mainardi.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001. CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARLOS, Ana Fani A. A reprodução da cidade como “negócio”. In: CARLOS, Ana Fani A. e SEABRA, Odete C. de L. **O espaço no fim do século – a nova raridade**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CINTRA, Anna Maria M. **Determinação do tema de pesquisa**. IN: *Ciência da Informação*. Brasília, v.11, n2, p. 13-16,1982.

COELHO, Gustavo Neiva. **Formação do espaço urbano nas vilas do ouro: o caso de Vila Boa**. Tese (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia: CERCOMP, 1997. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/COELHO\\_\\_Gustavo\\_Neiva.\\_1997.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/COELHO__Gustavo_Neiva._1997.pdf). Acesso em: 1 fev. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática 2004.

DEMO, Pedro. Pesquisa qualitativa: busca de equilíbrio entre forma e conteúdo. **Revista Latino-Am**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89 – 104, abr. 1998.

ENDLICH, Ângela. M. **Pensando os Papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**, Presidente Prudente (tese de doutorado em Geografia) 2006.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B.A. Schumann; edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional**. 2007, 395f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

GOIÁS, Prefeitura de. **Site Oficial da Prefeitura**. Disponível em: <http://www.cidadedegoias.com.br/historico.html>. Acesso em: mar. 2020.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

HARVEY, Davis. **A Produção Capitalista do Espaço**. (Coleção Geografia e Adjacências). São Paulo: Annablume, 2005.

LEFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

LIMA, Antônia. J. de. **Gestão urbana e políticas de habitação social: Análise de uma experiência de urbanização de favelas** – 1.ed. – São Paulo: Annablume, 2010.

LUCAS, Edinardo. Rodrigues. SHVARSBURG, Benny. **Cidade Histórica de Pequeno Porte: Desafios do Planejamento Urbano Municipal**. 9º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL (PLURIS 2021 DIGITAL) Pequenas cidades, grandes desafios, múltiplas oportunidades. Disponível em: <https://pluris2020.faac.unesp.br/Paper1122.pdf>

MARICATO, E; MORAES, L. M. **O Mentirão, ou melhor, o mutirão de Goiás**. Lua Nova, São Paulo, n. 2, v.3, 1986. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/qTSnt6mn5XhH6VDRjrhhVRh/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan.2022.

MARICATO, Ermínia. **A terra é um nó na sociedade brasileira... e na cidade também**. Disponível em: [http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato\\_terrano sociedade brasileira.pdf](http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato_terrano sociedade brasileira.pdf) Acesso em: 10 de agosto de 2022.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELAZZO. Everaldo Santos. **Mercado imobiliário, expansão territorial e transformações intra-urbanas** - o caso de Presidente Prudente. 173p. Dissertação (Mestrado em Planejamento urbano e regional). IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando. **Produção do espaço, reprodução social da moradia e desigualdades sócio-espaciais em cidades pequenas paulistas**. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010, Porto Alegre – RS. Anais ENG – Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças. Espaço de diálogos e práticas, 2010.

NASCIMENTO, Bruno Pereira. **Direito fundamental à moradia digna e adequada como instrumento de redução da vulnerabilidade habitacional e promoção de emancipação social**. Associação dos Defensores Públicos do Estado do Espírito Santo/ ADEPES, 2013a. Disponível em: [http://www.adepes.com.br/Arquivo/Documents/PUB/16\\_4\\_2013\\_Artigo%20Direito%20Fundamental%20Moradia%20Digna.pdf](http://www.adepes.com.br/Arquivo/Documents/PUB/16_4_2013_Artigo%20Direito%20Fundamental%20Moradia%20Digna.pdf). Acesso em 10 de março de 2018.

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises**. In: coletâneas do nosso tempo, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008.

OLIVEIRA FILHO, João César Abreu de. **A cidade de direito ao direito à cidade: movimentos sociais de luta pela moradia e a produção do espaço na cidade de Crato – CE**. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, v. 02, n. 02, 2013.

PAES, Neilor de C.; CHECCUCCI, Érica de S. A Evolução da forma urbana na Cidade de Goiás: Uma breve revisão histórica. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre**

**a Cidade**, Campinas, SP, v. 12, p. e020011, 2021. DOI: 10.20396/urbana.v12i0.8659940. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8659940>. Acesso em: 4 fev. 2022.

PASSOS, Elder Camargo. **Goyaz: de Arraial a Patrimônio Mundial**. Goiânia: Editora Kelps, 2018.

PERLMAN, Janice E. **O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 9ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

RODRIGUES, Arlete Moises. **Desigualdades socioespaciais – luta pelo direito à cidade**, In: Revista Cidades, v. 4, n. 6, 2008.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 1ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RUBINO, Silvana (2009) "**Enobrecimento Urbano**", in Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (Orgs.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra, Almedina, pp. 25-40.

SAMPAIO, Fernando dos Santos. **Materialismo dialético e o caráter interdisciplinar da geografia agrária**. Revista Faz Ciência, v. 10, n. 12, jul./dez. 2008. p. 15-34.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaio**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. São Paulo: Edusp. 1979.

SANTOS, Milton. **Por uma Nova Geografia: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo- Edusp, 2008.

SILVA, Anires Barbosa da. GOMES, Rita de Cassia da Conceição; SILVA, Valdivino Pedro da. **Pequenas Cidades: lugares geográficos do rio Grande do Norte**. IN: SIMPÓSIO NACIONAL DE

GEOGRAFIA URBANA, 2001, São Paulo, Anais. São Paulo. Universidade de São Paulo, 2001. Não Paginado.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Em torno de um hífen**. Formação, Presidente Prudente, n. 15, v. 1, p. 159-161, jan./jul., 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Introdução: a “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto**. Cidades, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 9-26, jan./jun., 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevoos” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante**. Cidades, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 101-114, jan./dez., 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

TALMA, Matheus Marcelo de Pinho. **PLANOS DIRETORES E POLÍTICAS TERRITORIAIS: reflexões a partir de transformações no Vetor Norte da RMBH**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, 119, p 85-112, jul/dez 2010.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP. Lincoln Institute, 1998.

## ANEXOS



## MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL: Área de Expansão "01" do Residencial "Tempo Novo"  
 PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de Goiás

Limites e Confrontações das Áreas de EquipamentoÁrea de Equipamento "01" = 2.382,13 m<sup>2</sup>

Começa num marco cantoneiro cravado na confluência da Rua 06 com a Rua 09; daí, segue dividindo com a Rua 09 nas seguintes distâncias: 7,07 m (chanfrado) + 25,09 m + 16,06 m e + 8,14 m (chanfrado), chegando a outro marco cantoneiro de frente para a Rua da Praça "E"; daí, segue dividindo pela Rua da Praça "E" nas seguintes distâncias: 33,11 m + 7,07 m (chanfrado), chegando a outro marco cantoneiro de frente para a Rua 05; daí, segue dividindo pela Rua 05, nas seguintes distâncias: 40,00 m + 7,07 m (chanfrado), chegando a outro marco cantoneiro de frente para a Rua 06; daí, segue dividindo com a Rua 06 na seguinte distância: 40,00 m, chegando ao marco inicial desta descrição.

Área de Equipamento "02" = 1.686,22 m<sup>2</sup>

Começa num marco cantoneiro cravado na confluência da Rua frontal à Quadra 06 com a Rua 09; daí, segue dividindo com a Rua 09 nas seguintes distâncias: 7,09 m (chanfrado) + 3,71 m + e + 71,44 m, chegando a outro marco cantoneiro de frente para a Rua 07; daí, segue dividindo pela Rua 07 na seguinte distância: 54,73 m + 7,07 m (chanfrado), chegando a outro marco cantoneiro de frente para a Rua frontal à Quadra 06; daí, segue dividindo pela Rua frontal à Quadra 06 na seguinte distância: 40,00 m, chegando ao marco inicial desta descrição.

\* Obs.: As áreas das ruas e praças, já encontram demarcadas no local, conforme detalhes esquemáticos na Planta Geral do Loteamento.

Cidade de Goiás, aos 17 dias do mês de fevereiro de 2004.

R.T.

TITO LÍVIO FAYARES DE BRITO  
 CREA: 9899/D/GO



## TERMO DE COMPROMISSO

A Prefeitura Municipal da Cidade de Goiás se compromete que, de parceria com a Centrais Elétricas de Goiás (CELG) e com a Saneago, colocar redes de energia e água tratada no conjunto habitacional "Residencial Tempo Novo" de sua propriedade, para beneficiar as unidades residenciais ali já construídas e a outras futuramente a serem edificadas.

Goiás,            de janeiro de 2003.

  
PREFEITO MUNICIPAL





DECRETO N° 015/2003

De, 10 de fevereiro de 2003

*"Aprova Loteamento e dá outras providências".*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIÁS, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe facultam as Constituições Federal, Estadual e art. 71, Incisos VI e XXII, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

**Art. 1°** Fica aprovado o Loteamento denominado de Residencial Tempo Novo, localizado no Perímetro Urbano do Município de Goiás, com área total de 416.845,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e cinco metros quadrados), de propriedade do Município de Goiás, sendo o referido Loteamento distribuído da seguinte forma:

I – Parte Residencial:	59.792,45m <sup>2</sup> ;
II – Vias Públicas:	30.236,73m <sup>2</sup> ;
III – Área Pública Municipal:	51.777,22m <sup>2</sup> ;
IV – Área Verde:	43.680,30m <sup>2</sup> ;
V – Área de Preservação Permanente:	57.927,38m <sup>2</sup> ;
VI – Faixa de Servidão da Rodovia GO 070:	22.791,22m <sup>2</sup> ;
VII – Área de Projeto de Expansão:	150.639,70m <sup>2</sup>
Área total:	416.845,00m <sup>2</sup>

**Art. 2°** A referida área está registrada no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Goiás, conforme matrícula n° 6.595, livro 02.

**Art. 3°** Ficam igualmente aprovados os memoriais descritivos da área do Loteamento os quais passarão a fazer parte integrante do presente ato.

**Art. 4°** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE E COMPRA-SE**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIÁS-GO, aos dez dias do mês de fevereiro de 2.003.

Dr. ROADYR VELOSO  
Prefeito Municipal

## TERMO DE COMPROMISSO

A Prefeitura Municipal da Cidade de Goiás se compromete que, de parceria com a Centrais Elétricas de Goiás (CELG) e com a Saneago, colocar redes de energia e água tratada no conjunto habitacional "Residencial Tempo Novo" de sua propriedade, para beneficiar as unidades residenciais ali já construídas e a outras futuramente a serem edificadas.

Goiás, de janeiro de 2003.

  
PREFEITO MUNICIPAL

